

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

RODRIGUES DE SOUZA BORTOLOZZO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS**

**Cáceres – MT
2018**

RODRIGUES DE SOUZA BORTOLOZZO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jocineide Macedo Karim.

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

B739a BORTOLOZZO, Rodrigues De Souza.
A Produção do Conhecimento no Livro Didático de Língua Portuguesa: Uma Reflexão Sobre as Variações Linguísticas / Rodrigues De Souza Bortolozzo - Cáceres, 2018.
99 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.

Orientador: Jocineide Macedo Karim

1. Sociolinguística. 2. Variações Linguísticas . 3. Livro Didático . 4. Preconceito Linguístico . 5. Parâmetros Curriculares. I. Rodrigues De Souza Bortolozzo. II. A Produção do Conhecimento no Livro Didático de Língua Portuguesa: Uma Reflexão Sobre as Variações Linguísticas : .

CDU 81'27

RODRIGUES DE SOUZA BORTOLOZZO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS**

BANCA EXAMINADORA

^a Dr.^a Jocineide Macedo karim (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Prof.^a Dr.^a Joelma Aparecida Bressanin (Membro – PPGL/UNEMAT)

Prof.^a Dr.^a Joyce Elaine de Almeida Baronas (Membro – /Externo)

Prof. Dr. Taisir Mahmudo karim (Membro – /Suplente)

APROVADO EM: 08/03/2018

Ao meu pai Antônio Bortolozzo, por ter me ensinado os valores da vida;

À minha mãe Andreza Resquim de Souza, que sempre acreditou em mim e talvez, apesar das circunstâncias mostrarem ao contrário manteve a confiança e fé;

À minha esposa Cristiene Xavier de Souza Bortolozzo, que soube respeitar minha ausência quando estava me dedicando aos estudos, pelo carinho e apoio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a DEUS, por ter me dado saúde e força de vontade para superar toda a dificuldade e complexidade que temos no nosso dia-dia, obrigado, por teus planos em minha vida serem tão maiores que meus sonhos. Sou grato pela vida que me concedes! Do mesmo modo, agradeço pelas pessoas que o Senhor colocou em meu caminho. Sei que algumas delas me inspiram, me conduzem, me ajudam, me desafiam e me encorajam para que eu seja cada vez melhor. Eu te agradeço Senhor, por todas as coisas boas e más que me aconteceram, pois me fizeram chegar onde cheguei, e me fizeram ser quem eu sou, cada uma delas, ao seu modo. Foi essa minha jornada que se fez de tropeços, de derrotas e vitórias.

A esta Universidade, UNEMAT, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pelo ambiente de conhecimentos, pela oportunidade de realização do Curso.

Aos meus pais, e a minha esposa Cristiene Xavier de Souza Bortolozzo, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A minha professora orientadora, Dr^a Jocineide Macedo Karim, pela dedicação, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. E sei que ser professor é importar-se com o outro numa dimensão de quem cultiva uma planta muito rara que necessita de atenção, amor e cuidado. Obrigado por marcar minha vida, abrindo meus olhos e me oportunizando a novos conhecimentos!

Agradeço a todos os professores do Curso, que com empenho se dedicaram a arte de ensinar.

Aos meus colegas de Mestrado. Obrigado a vocês que compartilharam os prazeres e dificuldades desta jornada com os quais convivemos durante tantas horas e carregamos a marca de experiências comuns que tivemos. Partamos confiantes em busca de nossos ideais, no exercício de nossa profissão.

Sei que ninguém vence sozinho. Obrigado a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação... “E lembre-se que as pessoas podem tirar tudo de você, menos o seu conhecimento”. **Albert Einstein.**

A língua é uma instituição social, ela é parte integrante da vida em sociedade, por isso as mudanças que ocorrem na língua resultam da ação coletiva de seus falantes, uma ação impulsionada pelas necessidades que esses falantes sentem de se comunicar melhor, de dar mais precisão ao que querem dizer, de enriquecer as palavras já existentes com novos sentidos, principalmente os sentidos figurados, metafóricos, de criar novas palavras para dar uma ideia mais precisa de seus desejos de interação, de modificar as regras gramaticais da língua para que novos modos de pensar e de sentir, novos modos de interpretar a realidade sejam expressos por novos modos de dizer. **(BAGNO 2009, p. 43).**

RESUMO

A presente pesquisa concentra-se na área da Sociolinguística na linha de Pesquisa Estudo de Processos de Variação e Mudança do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística e tem como objetivo compreender o uso da língua, suas variedades e preconceito linguístico a partir da análise nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa do ensino Médio. Dessa forma, analisaremos duas coletâneas de livros didáticos de Língua Portuguesa. Considerando que a teoria da Variação ou Sociolinguística desenvolvida por Weinreich, Labov e Herzog (1968) é uma disciplina que tem por objetivo descrever a Língua e seus determinantes sociais e linguísticos, levando em conta seu uso variável. Propomos investigar como o ensino de língua é abordado no livro didático de Língua Portuguesa, uma vez que a língua é concebida como única (homogênea), ou se permite variação, (heterogênea), assim como observar as especificações textuais para a produção do livro visando maior diversificação na linguagem; conceituar as diferentes possibilidades de usos da língua; verificar se os processos e conteúdos trabalhados nas escolas se adequam tanto à situação específica da escola e ao desenvolvimento do aluno; observar se o ensino de Língua Portuguesa na escola utiliza os PCNs como referências nacionais nas práticas educacionais e observar se há sensibilização sobre o ensino da língua. A base dessa análise está relacionada nos estudos de Alkmim (2001), Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004/2005), Calvet (2002), Faraco (2008/2015), Martins et al (2016), Mollica (2003) e Labov (1972), etc. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo, que referencia suas características e qualidades através da observação e do levantamento de dados. A análise dos dados nos revelou que as coleções de livros didáticos abordados tiveram contrapontos diferentes. O Livro Didático Língua Portuguesa (2013), aborda de forma significativa as questões de língua, variação linguística e preconceito linguístico, enquanto o livro didático de Língua Portuguesa: linguagem e interação (2014), não aborda essas respectivas questões. Consideramos que as variações que ocorrem na fala acontecem naturalmente e/ou por consequências de leis combinatórias da própria língua, reconhecendo e percebendo a linguagem em contínuos movimentos.

Palavras-chave: Sociolinguística; Variações linguísticas; Livro didático; Preconceito Linguístico; Parâmetros Curriculares.

ABSTRACT

The present research concentrates on the area of Sociolinguistics in the Line of Research Study of Processes of Variation and Change of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics and aims to understand the use of language, its varieties and linguistic prejudice from the analysis in the Portuguese Language High School Textbooks. Thus, we will analyze two collections of Portuguese language textbooks. Considering that the theory of Variation or Sociolinguistics developed by Weinreich, Labov and Herzog (1968) is a discipline that aims to describe the language and its social and linguistic determinants, taking into account its variable use. We propose to investigate how language teaching is approached in the Portuguese language textbook, since the language is conceived as unique (homogeneous), or if variation is allowed (heterogeneous), as well as observing the textual specifications for the production of the book aiming greater diversification in language; to conceptualize the different possibilities of use of the language; to verify that the processes and contents worked in the schools are adapted so much to the specific situation of the school and the development of the student; to observe if the Portuguese language teaching in the school uses the PCNs as national references in the educational practices and to observe if there is awareness about the teaching of the language. In this paper, the results of this study are presented in Alkmim (2001), Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004/2005), Calvet (2002), Faraco (2008/2015), Martins et al (2016), Mollica) and Labov (1972), etc. It is a qualitative descriptive research that references its characteristics and qualities through observation and data collection. Data analysis revealed that the textbook collections addressed had different counterpoints. The Portuguese Language Didactic Book (2013) deals with issues of language, linguistic variation and linguistic prejudice, while the Portuguese language textbook: language and interaction (2014) does not address these questions. We consider that the variations occurring in speech happen naturally and / or by consequences of combinatorial laws of language itself, recognizing and perceiving language in continuous movements.

Keywords: Sociolinguistics; Linguistic variations; Textbook; Linguistic Prejudice; Curricular Parameters.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Abrangência de Atitude Preconceituosa.....	29
Quadro 2 – Distribuição de Livros.....	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capas dos livros didáticos de Língua Portuguesa.....	68
Figura 2 – Capas dos Livros didáticos de Língua Portuguesa: linguagem e interação...	70
Figura 3 – A língua como um fenômeno naturalmente variável e heterogêneo.....	81
Figura 4 – Discriminação no sentido da expressão.....	82
Figura 5 – 7 vozes – léxico do português Luso-afro-brasileiro.....	84
Figura 6 – Variedades menos e mais prestigiadas.....	85
Figura 7 – Construções equivalentes do português.....	86
Figura 8 – Texto: Preconceito linguístico.....	87
Figura 9 – Texto: Variação linguística.....	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO I.....	17
BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E GERAL.....	17
1.1 A SOCIOLINGUÍSTICA	17
1.2 PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL	20
1.3 CONCEPÇÕES DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	23
1.4 CARACTERIZAÇÃO DE NORMA NA SOCIOLINGUÍSTICA.....	25
SEÇÃO II	31
CAMPO INSTITUCIONAL, OBJETO E PCNs.....	31
2.1 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO MÉDIO	31
2.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO	38
2.3 PROCESSOS DE ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS	46
2.4 ABORDAGENS DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	49
2.5 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SOCIOLINGUÍSTICA.....	56
2.6 LIVRO DIDÁTICO: APENAS UM PROJETO DE VISUALIDADE E DESIGN?	58
SEÇÃO III.....	64
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
3.2 A PESQUISA	65
3.2.1 Livro Didático - Língua Portuguesa.....	66
3.2.2 Livro Didático - Língua Portuguesa: Linguagem e Interação	68
SEÇÃO IV	71
4.1 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO	71
4.2 PRÁTICAS E REFLEXÕES	74
4.3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

A Língua está relacionada aos fenômenos comunicativos, isto é, onde há comunicação, há linguagem. Assim, em consonância com as inúmeras práticas de linguagem, que circulam em diversas esferas sociais, os usos da língua são múltiplos também e uma aula de língua portuguesa não pode privilegiar apenas o ensino de Gramática Normativa, com prescrições de regras padrão sem considerar as variedades de língua que o aluno traz para a sala de aula, oriundas de suas práticas de linguagem fora da escola. Dessa forma, indagamos como o aluno se beneficiará de conhecimentos linguísticos se o professor “abre mão” do uso que o aluno já faz da língua?

Um dos fatores que contribuem significativamente para modificar rapidamente a linguagem é o avanço das tecnologias, à vista disso, a transformação da língua é cada vez mais significativa. Visto que, cada um de nós começa a aprender a língua em casa em contato com a família e com as pessoas que nos cercam. No contato com outras pessoas, no dia-a-dia, na rua, no trabalho, na escola, observamos que nem todos os indivíduos falam como nós, isso ocorre por diferentes razões: pelo fato de a pessoa ser de outra região, pela diferença de idade, por possuir maior ou menor grau de escolaridade, por pertencer a diferentes classes sociais. Essas diferenças no uso da língua constituem as variedades linguísticas. Dessa forma, habitamos numa sociedade de comunicação generalizada, de modificações velozes e inevitáveis. As mudanças acontecem em todos os lugares, em casa, nas ruas, nas universidades, na linguagem formal das palestras e conferências dos discursos de grandes membros da sociedade, com modos de fala particulares. As transformações ocorrem também nas escritas, sejam feitas com uma simples caneta ou com o uso enigmático de computadores. Das simples e pequenas frases aos importantes documentos, nada permanece estático no espaço, ou melhor, as mudanças são feitas de acordo com o tempo, “modificadas naturalmente” e ainda as que são determinadas com unificação ortográfica, geradas por lei.

Diante dessa conjuntura, a ideia de investigar a maneira como os livros didáticos de Língua Portuguesa abordam as questões das variedades linguísticas surgiu com a experiência do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório e ao mesmo tempo, constituinte de aquisição e aprimoramento de conhecimento essencial ao futuro exercício da docência. Nesse contato com os alunos em sala de aula, deparamo-nos algumas vezes com o preconceito à variação da língua. Isso de certo modo nos instigou a investigar/examinar como o livro didático de Língua Portuguesa trabalha a língua em seus conteúdos gramaticais no Ensino Médio, esta que é a última etapa da educação básica, e que no Brasil tem a duração mínima de 3 anos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, e ainda tendo a finalidade de

proporcionar de acordo com seu artigo 35º:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1999, p. 46)

Desse modo, aprendemos e reconhecemos a Sociolinguística como uma ciência que estuda a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, em condições reais de uso, de certo modo que faz com que reconheçamos a existência dessa heterogeneidade da língua.

Segundo Alkmim (2001, p.31), o objeto de estudo da Sociolinguística é “a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”, relacionando à situação de partida que é a comunidade linguística, esse Estudo de Processos de Variação e Mudança que tem por finalidade delinear o objeto de estudo que são as variações linguísticas, essas apresentadas como as múltiplas formas de falas existentes na comunidade/sociedade.

A respeito dessa realidade, afirma Bortoni-Ricardo (2005):

No Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional. A ciência linguística vem, timidamente, apontando estratégias que visam aumentar a produtividade da educação e preservar os direitos do educando. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 19).

Vários estudos linguísticos, em especial da Sociolinguística, há muito têm mostrado que a fala e escrita é a utilização da língua pelo falante. Considerando que dentro de uma mesma sociedade, as pessoas são diferentes entre si, as diferenças individuais e sociais revelam variedades, temperamentos, preferências, idade, sexo, profissão, posição econômica e cultural, grau de escolaridade, local em que reside etc. No ato da fala essas diferenças são evidenciadas. Além disso, há no ato da fala outras influências que são determinadas pela situação em que ela ocorre: o lugar, o momento e o grau de intimidade entre os falantes. Todos esses fatores acabam se refletindo na fala das pessoas, criando diferentes níveis de fala, isto é, ocasionando as diversidades no linguajar¹ dos falantes.

¹ Segundo Alkmim (2004), Linguajar e/ou Linguagem é parte integrante e constitutiva do ser humano, nasce da necessidade da comunicação e do entendimento entre os integrantes de uma comunidade/sociedade, e essa comunicação é o que move a ação humana. Na compreensão de Calvet (2012), A linguagem ocupa papel central na história da sociedade, não apenas por mediar nossas interações e relações, mas também por construir nossa história, nossa sociedade e nossa cultura, pois, “as línguas não existem sem as pessoas que as

Diante de tais afirmações, constatamos a compreensão de Faraco (2008), referente aos diferentes níveis de fala:

Partindo do pressuposto de que a sociedade está dividida em diferentes comunidades e elas são singulares, porque cada uma tem a sua própria história, sua própria cultura e essas peculiaridades estão na língua de cada comunidade, temos então diversas formas de falar, ou seja, a língua está sujeita a variações. Pois empiricamente a língua é o próprio conjunto das variedades. Trata-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea. (FARACO, 2008, p. 33).

Em termos teórico-metodológicos, para a realização desse estudo, nossa investigação tem como proposta de trabalho, analisar, na perspectiva Sociolinguística o ensino de língua através do contexto em LD² do E.M³ cujo conteúdo proposto seja a Gramática de Língua Portuguesa. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo investigar como a língua é instruída/ensinada nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio, se ela é concebida como única, deste modo, homogênea ou se permite variação, consequentemente heterogênea.

Nesse sentido, propomos analisar (2) duas coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa-LP⁴ do Ensino Médio, procurando conceituar as diversidades que existem na linguagem, suas virtudes em relação ao ensino de variação que ocorre na língua e consequentemente mostrar o impasse que ocorre na educação, caso esse ensino não aconteça e, desse modo contribuir com a discussão do ensino de Língua Portuguesa no Nível Médio do ensino escolar.

A seguir, apresentamos a estrutura desta Dissertação, que foi dividida em quatro seções, a saber:

Na seção I é apresentada uma breve abordagem histórica e geral acerca da Sociolinguística, conceituando sua importância para os estudos da variação e o preconceito linguístico na língua portuguesa; sobre a pluralidade das línguas existentes no Brasil, realçando a sua grande variabilidade em um País de manifestações culturais e tradições diferentes e também as definições dos Parâmetros Curriculares Nacionais, conceituando seus princípios e ideias para um melhor ensino-aprendizagem nas escolas.

Na seção II são apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos destacando os pressupostos teóricos que dão sustentação às análises desenvolvidas nesta pesquisa, além de conceituar algumas considerações históricas a respeito do livro didático, descrevendo a sua relevância para o meio educacional, sobre o processo de escolhas dos livros didáticos nas escolas, focalizando a importância de uma escolha consciente e igualitária para todos os

falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”, o que forma uma tríade na qual o homem se insere.

² A partir desse momento será utilizado LD no lugar de Livro Didático.

³ A partir desse momento será utilizado E.M no lugar de Ensino Médio.

⁴ Nesse trabalho a sigla LP será utilizada no lugar de Língua Portuguesa.

tipos de pessoas que adentram as escolas e também, mostrando que ambas as coleções escolhidas para a análise apresentam, além da diversificação dos conteúdos, tais como: estrutura gramatical, atividades, confrontar ideias, analisar pontos de vista, de expandir ou não o ensinamento da língua/linguagem e variação linguística; a abordagem da variação linguística nos livros didáticos, apresentado a ideia de que os livros didáticos e as aulas de Língua Portuguesa devem oportunizar de forma igualitária, em termos de conteúdos e conhecimentos, uma aprendizagem harmônica com os princípios sociolinguísticos; sobre a caracterização de norma na sociolinguística, evidenciando os principais pensamentos dessa teoria; as várias concepções de variação linguística na língua portuguesa, demonstrando que as variações ocorrem porque vivemos em uma sociedade complexa/plural, na qual estão inseridos diferentes grupos sociais, ou seja, estamos vivendo em uma sociedade que se transforma/varia a todo o momento, pois, consideramos a variação como um ato normal, condição do próprio sistema linguístico, uma particularidade unicamente das línguas; a importância do papel da escola e do professor na construção da aprendizagem sociolinguística; as práticas e reflexões, evidenciando que a norma-padrão também é importante e significativa no ensino de língua, e deve ser considerada, mas esta não pode vir acompanhada de certo preconceito/prejulgamento linguístico; a ideia de mercantilização do livro didático, exposto como um meio de ganhar dinheiro, escolhido na maioria das vezes pelo tom de suas capas.

Na seção III apresentamos o tratamento metodológico; a pesquisa pautada em um trabalho descritivo de caráter qualitativo que busca ver suas características e qualidades e/ou deficiências/irregularidade através da descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados, e posteriormente apresentamos as duas coleções de livros didáticos adotados para a investigação.

Na seção IV expomos à análise do *corpus* para a efetivação dessa pesquisa, sendo explanada a questão da variação e o preconceito linguístico nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio sancionados pelo Programa Nacional do livro didático, em um total de 06 livros, dispostos em 02 coleções; as práticas e reflexões buscando alternativas para uma melhor aprendizagem em relação ao ensino da língua, variação e preconceito linguístico; e por fim destacar a variação linguística sobre um plano de que não existe uma única língua, idêntica, perfeitamente igual, deste modo, homogênea como tentam empregar, mas, uma língua heterogênea que apresenta um multilinguismo, qualidades e modos diferentes, ou seja, uma língua que possui variações.

SEÇÃO I

BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E GERAL

1.1 A SOCIOLINGUÍSTICA

A Linguística estabeleceu-se como ciência a partir dos estudos consolidados por Ferdinand de Saussure através de sua obra *Curso de Linguística Geral*, em 1916. Foram Charles Bally e Albert Sechehaye, três anos após a morte de Saussure que escreveram os ensinamentos postulados por ele.

Saussure, sendo o fundador da Linguística, delimita a língua, que é visualizada em um contexto social, sendo seu principal objeto de estudo, em oposição à fala que é definida como algo individual. Saussure (2006, p. 17), define a língua como um “produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”, quer dizer, um produto da coletividade que se relacionam organizadamente dentro de um todo e que só um indivíduo não é capaz de mudá-la.

Deste modo, vale ressaltar que Saussure não privilegiava apenas a língua e excluía a fala, isto é, não levando em consideração o falante e as diversas formas como a fala se apresenta, aliás, Saussure dizia que esses “dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente, onde a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos, e necessária para que a língua se estabeleça”. Continuadamente, nas palavras de Saussure, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos, quer dizer, existe interdependência da língua e da fala, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. O autor afirma que não existe língua sem fala, e ainda sugere a necessidade de se desenvolverem duas linguísticas distintas, que adiante se denominam Linguística da Língua e Linguística da Fala. Vale ressaltar que Saussure não descarta o estudo individual da linguagem, quer dizer, o estudo da fala, ele apenas intercede à impossibilidade de englobar sob o mesmo plano, a coletividade social da língua e individualidade da fala, estabelecendo-se assim caminhos diferentes. Segundo Saussure (2006):

Por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação propostas esclarecem tudo (SAUSSURE, 2006, p. 28).

Assim, após as delimitações expostas por Saussure, que elege a língua como objeto de estudo da linguística e aponta para a possibilidade/necessidade de uma linguística específica para estudar a fala, desenvolve-se a Sociolinguística, viabilizando a importância da fala, preocupando em observar o fenômeno linguístico, envolvendo uma forma Dialetal e Variacional, verificando como a língua funciona em uma situação de fala e mostrando quais os fatores que impulsionam as mudanças da língua.

Entre os conceitos de Sociolinguística, Bortoni-Ricardo (2014), explica a preocupação dessa teoria.

[...] a Sociolinguística é uma ciência que nasceu preocupada com o desempenho escolar de crianças oriundas de grupos sociais ou étnicos de menor poder econômico e cultura predominantemente oral. Seu desenvolvimento foi pautado por dois princípios: o *relativismo cultural*⁵ e a *heterogeneidade linguística inerente e sistemática*.⁶ (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 157).

A disciplina se chama *Sociolinguística* porque estuda a língua como um fenômeno *social*, isto é, referente aos comportamentos, ações e situações de falares notado nas comunidades.

Consequentemente, através do exposto, citamos o entendimento de Mollica (2003), no que diz respeito à Sociolinguística:

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando à atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo. (MOLLICA, 2003, p. 9).

A Sociolinguística, também é conhecida como Teoria da Variação e Mudança, é o ramo da Linguística que estuda a relação entre a língua e sociedade, deste modo é o

⁵ Segundo o relativismo cultural, nenhuma língua ou variedade de língua, em uso em comunidades de fala, deveria ser considerada inferior ou subdesenvolvida, não obstante o nível da tecnologia ocidental que aquela comunidade tenha alcançado.

⁶ A heterogeneidade inerente e ordenada, que está na raiz da Sociolinguística, postula que toda língua natural é marcada pela variação, a qual não é assistemática. Pelo contrário, os recursos de variação, que toda língua natural oferece, estão sistematicamente organizados em sua estrutura e contribuem para tornar a comunicação entre os falantes mais produtiva e adequada. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 157).

estudo descritivo, exposto e retratado do efeito de qualquer e todos os pensamentos da sociedade, incluindo as normas culturais, expectativas e contexto, na maneira como a linguagem é usada e os efeitos do uso da linguagem na comunidade, na sociedade. É preciso compreender esses efeitos que não se encerram somente no tempo, mas também se manifestam no espaço, nas camadas sociais e nas representações estilísticas. Afinal, a Sociolinguística ocupa-se de questões como variação e mudança linguística, contato linguístico, línguas minoritárias, bilinguismo, política e planejamento linguístico, entre outras.

Segundo Sousa (2005, p. 153), os estudos Sociolinguísticos foram consolidados “depois dos anos 60 com a realização de um congresso na Universidade da Califórnia, no estado de Los Angeles, Estados Unidos”, organizado por William Bright, e contou com a participação de importantes figuras nos estudos da Sociolinguística mundial: William Labov, Dell Hymes e John Gumperz, dentre outros. Os estudos apresentados neste congresso partiam da presunção de que a Sociolinguística deveria confirmar a covariação sistemática das variações linguísticas e sociais, quer dizer, associar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura dessa mesma sociedade. Através deste, observamos que fatos sociais da língua, já chamavam a atenção desde os estudos de Saussure, mas, apenas nos anos 60 os estudiosos iniciaram os estudos aplicadamente em relação à língua e à sociedade. Todavia, foi com os estudos de William Labov, um precursor dos estudos Sociolinguísticos, que o termo Sociolinguística se fortaleceu e estabeleceu-se, pois ele persistiu na relação da língua e sociedade.

Bortoni-Ricardo (2005, p.20), recorda que a Sociolinguística, Teoria da Variação abrange-se, acima de tudo, “[...] das diversidades nos repertórios Linguísticos das diferentes comunidades conferindo às funções sociais que a linguagem desempenha a mesma relevância que até então se atribuía tão-somente aos aspectos formais da língua”.

O que queremos dizer, é que a Sociolinguística, surgiu renovando os estudos anteriores, que referenciavam a língua como homogênea, por um método teórico metodológico que interpelou uma nova e original abordagem referente à existência da variação, ocasionado por pressões sociais e linguísticas.

É importante situar as contribuições gerais da Sociolinguística ao ensino de língua, do conhecimento abastecido pelos pressupostos dessa linha teórica, assim fazemos alusão ao menos a três grandes contribuições segundo Martins, Vieira e Tavares (2016):

- (i) definição apurada de conceitos básicos para o tratamento adequado dos fenômenos variáveis;
- (ii) reconhecimento da pluralidade de normas brasileiras, completo tecido de variedades em convivência;
- (iii) estabelecimento de diversas semelhanças entre o que se convencionou chamar “norma culta” e “norma popular”, não obstante os estereótipos linguísticos facilmente identificados pela maioria dos falantes. (MARTINS, VIEIRA e TAVARES, 2016, p. 10).

Consequentemente, devemos nos atentar e nos desfazer de noções/ideias pré-concebidas. É necessário e fundamental, esquecer de que a ideia da língua é uma estrutura pronta/acabada, que está correta, que ela não muda, varia e transforme-se. Dessa forma, percebemos que a língua/linguagem determina uma relação de ir e vir com a comunidade, e que sem ela, o homem não se organiza socialmente, quer dizer, que a organização social depende da língua e vice-versa, ou seja, vão variando, mudando, transformando e construindo palavras, discursos e ideais.

Todavia, é uma missão desafiadora conhecer as práticas designadas pela Sociolinguística, disciplina que protege o modo simples de diferentes modalidades de fala, resultado de uma distinção de pessoas que vivem em um lugar amplamente diversificado como o Brasil. Consideramos, portanto, que a Sociolinguística tem o importante papel de difundir a realidade linguística com seus significativos estudos sobre as variedades existentes na Sociedade, pois a língua que proferimos contribui para definir quem realmente somos.

1.2 PLURALIDADE DE LÍNGUAS EXISTENTES NO BRASIL

Quantas línguas existem no Brasil? Consideramos essa uma boa pergunta, mas infelizmente não há para ela uma resposta exata. O Brasil apresenta uma extensão geográfica gigantesca, e estima-se que ainda existem aproximadamente 200 línguas diferentes, isto é, habitamos uma sociedade plural com indivíduos que se diferenciam entre si, e isso ocorre porque são encontrados inúmeros grupos étnicos possuindo diferente modo e cultura.

Realçamos o levantamento de dados feitos no Brasil quanto à estimativa do número de Línguas faladas em nosso País, segundo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL⁷):

⁷ O Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil constituiu-se a partir do Seminário sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas, realizado no Congresso Nacional em março de 2006 por iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, do Departamento do Patrimônio

No Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 180 línguas (chamadas de autóctones), e as comunidades de descendentes de imigrantes cerca de 30 línguas (chamadas de línguas alóctones). Além disso, usam-se pelo menos duas línguas de sinais de comunidades surdas, línguas crioulas, e práticas linguísticas diferenciadas nos quilombos, muitos já reconhecidos pelo Estado, e outras comunidades afro-brasileiras. Finalmente, há uma ampla riqueza de usos, práticas e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças estas de caráter diatópico (variações regionais) e diastrático (variações de classes sociais) pelo menos. Somos, portanto, um país de muitas línguas, tal qual a maioria dos países do mundo (em 94% dos países são faladas mais de uma língua). (BRASIL, 2006/2007, p. 03).

Assim, a língua é um traço que define um indivíduo. Por ela é possível compreender a riqueza das variantes, demonstrando a pluralidade de modos de fala que constitui o Português brasileiro.

Nesse contexto, refletir acerca da língua no ensino é condição fundamental para a construção das subjetividades no meio escolar. A língua nos permite não apenas comunicação e/ou recursos para pensar, ela também nos possibilita e promove a interação entre sujeitos, expressão de sentidos, ideias, condições para construir textos, etc. Para a compreensão há a necessidade de reconhecimento da língua para assimilar de forma autêntica o que se vê ou lê, pois, se a linguagem for “imperfeita/irregular”, o conhecimento não irá transcorrer de acordo com o desejado.

E mais, é explícita nos PCNs (2000), sobre a linguagem como:

[...] a capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. Podemos, assim, falar em linguagens que se inter-relacionam nas práticas sociais e na história, fazendo com que a circulação de sentidos produza formas sensoriais e cognitivas diferenciadas. (PCNs, 2000, p. 19).

Assim, é relevante discorrer as relações das linguagens com a produção de sentido, pois a linguagem é algo vivo exatamente funcional, e nós como cidadãos culturais, estamos emersos nela. Isso quer dizer, que é por meio das palavras que atribuímos nomes a ideias e objetos, isto é, a comunicação transforma e produz sentidos. A linguagem intercala o conhecimento e o formato de conhecer, de comunicar,

de pensar e agir. Ora, o poder da palavra não está na combinação de representação fixa, mas encontra-se nas condições em que é aplicado em certa coletividade.

É nesse contexto que temos obtidos durante décadas de nossas existências, conhecimentos que se armazenam e enriquecem nossa civilização. O nosso País nos impressiona pela característica que dispõe. Além da sua natureza exuberante, temos uma diversidade de povos que se determina por diferenças, isto é, através deste não são difíceis constatar as variações nas formas de se falar, dependendo a região que se habita, podemos assim dizer, que há uma pluralidade cultural da língua.

O Brasil é um país que tem uma língua oficialmente reconhecida, que é o Português, falado pela imensa maioria de seus habitantes e que está em contato com outras centenas de línguas que existem, quer dizer, se apenas um país contém diversidades tão distintas, imaginemos juntarmos todos os outros, são milhares de Línguas em contato global.

Calvet (2002), diz:

Há na superfície do globo entre 4.000 e 5.000 línguas diferentes. Torna-se evidente que o mundo é plurilíngue⁸ em cada um de seus pontos e que as comunidades linguísticas se costeiam, se superpõem continuamente. [...] o plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. (CALVET, 2002, p. 35).

Falar que existem em número exato essas quantidades de línguas é quase que impossível, pois, matematicamente, é difícil de estabelecer um número certo. Consequentemente, temos que adotar um número artificial, ou seja, aproximado. Nada obstante, o que queremos mostrar não é o número exato de línguas que existem, nem empregar valores específicos para decidir e solucionar onde começa uma língua e onde ela pode terminar, ou melhor, que línguas estão para nascer ou morrer. De uma perspectiva geral, viabilizamos descrever a língua marcada por uma heterogeneidade, estando sempre relacionada em um contexto social e cultural que se distingue que são diferentes e que, na maioria das vezes, traz a não aceitação do desigual, que nefasta um preconceito linguístico malicioso e intolerável.

Consequentemente, pensar sobre a pluralidade cultural da linguagem, seja no contexto escolar ou casual do dia-a-dia é primordial e indispensável para a educação. Observando os PCNs, podemos destacar a magnitude e importância da pluralidade cultural nas práticas pedagógicas, ficando convincente nos objetivos para o ensino:

⁸ Plurilíngue: Referente a várias línguas, que fala diversas línguas; poliglota.

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997, p. 6).

A pluralidade está relacionada com a multiculturalidade de um grupo, nação, isto é, quando se encontram reunidos em um mesmo espaço vários tipos de manifestações culturais e tradições diferentes. Sendo assim, a pluralidade cultural preconiza o respeito às diferenças, diminuindo consideravelmente a exclusão social em todos os aspectos. E o ambiente escolar é o espaço principal para que esse respeito seja plenamente demonstrado, patenteando o processo educacional em todas as particularidades.

1.3 CONCEPÇÕES DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA LÍNGUA PORTUGUESA

Podemos conceituar que “a língua é variável e se manifesta de modo variável” Fernandez (2005), *apud* Coelho (2007, p. 10). As variações acontecem na linguagem e podem ser compreendidas através das variações históricas, regionais e sociais. “Não há língua que seja, em toda a sua amplitude, um sistema uno, invariado, rígido”. (BAGNO, 2012(a), p. 11). Por exemplo, mesmo em um País/Estado/Cidade e/ou comunidade com apenas um único idioma, a língua pode sofrer diversas alterações feitas por seus falantes, quer dizer, a linguagem não é um sistema fechado e imutável, ela é feita de mudanças, de variações. Quanto a essa questão, Possenti (1996) afirma, [...] é preciso dizer com todas as letras que todas as variedades são boas e corretas, e que funcionam segundo regras tão rígidas quanto se imagina que são as regras da “língua clássica dos melhores autores”. Conscientemente consideramos as variedades não como erros, mas sim, diferenças.

Por mais obvio que seja, descrevemos esses fatos, pois, acreditamos nas palavras de Bagno (2009, p. 29), que a “língua não pode servir para a exclusão social”, quer dizer, qualquer uso da variedade é válido, desde que se permita a comunicação com fluidez, sem dificuldades de entendimento por qualquer parte. Novamente citamos Bagno (2009):

Conhecer a história da língua, a tradição gramatical, a riqueza no nosso vocabulário, a beleza da nossa literatura oral e escrita, o potencial de nossa linguagem – tudo isso é muito bom, é precioso e

deve ser cultivado. Só não podemos admitir que alguém transforme tudo isso numa arma, num arame farpado, numa cerca eletrificada ou em qualquer outro tipo de instrumento autoritário de repressão e de exclusão social. (BAGNO, 2009, p. 29)

Apresentamos aqui os conceitos/concepções/classificações de variação que ocorrem na língua: *Variação diacrônica*, *Variação Diatópica*, *Variação Diastrática*, *Variação Diamésica* e *Variação Diafásica*, ambas embasadas nas palavras de Bagno (2007). Embora, essas variações ocorram porque vivemos em uma sociedade complexa/plural, na qual estão inseridos diferentes grupos sociais, ou seja, estamos em uma sociedade que se transforma/varia a todo o momento, pois, consideramos a variação como um ato normal, condição do próprio sistema linguístico, uma particularidade unicamente das línguas.

A variação Diacrônica é a que se verifica na comparação entre etapas da história de uma língua, por exemplo, de um ano para outro, de século para outro. Outro exemplo relevante é que as pessoas de hoje não usam as mesmas expressões que outras pessoas usavam de determinado tempo anterior, isto é, a língua transforma-se de geração em geração.

A variação Diatópica é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar de lugares diferentes, como as grandes regiões, os estados, as zonas rural e urbana, as áreas socialmente demarcadas nas grandes cidades. Lembrando que a variação pode ocorrer por consequência em correlação semântica e/ou sintaxe. Um exemplo desse tipo é a palavra “mandioca” que pode ser conhecido em outras regiões como macaxeira ou aipim.

A variação Diastrática é a que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classes sociais. Como exemplo, podemos referir à linguagem de jovens que usam variadas gírias em contexto com suas idades, diferenciando-o de um grupo de médicos, que usam outros determinados vocábulos.

A variação Diamésica é a que se verifica na comparação entre a língua falada e a língua escrita. Tendo como exemplo, quando escrevemos qualquer texto, podemos a qualquer momento, apagar, corrigir, modificar e reformular quantas vezes acharmos necessário. Com o texto oralizado, isso não acontece, não podemos de forma alguma apagar o que dissemos ou acabamos de dizer, o máximo que podemos instituir em nosso texto oral é alterar, reapresentar o conceito dito.

A variação Diafásica é a variação do uso diferenciado que cada indivíduo faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que ele confere ao seu comportamento verbal. Citamos o exemplo da formalidade e da informalidade, sendo formal quando, precisamos de uma linguagem mais sublime e culta, empregadas em discursos e/ou palestras, de outra maneira, quando não há o conhecimento com os interlocutores, pleiteando uma maior austeridade na linguagem. A informal, quando conceituada de menor importância, utilizada quando há conhecimento com nossos interlocutores, podendo ser família, amigos etc.

Além disso, podemos notar a ocorrência da variação em todos os níveis de fala, isto é, podem acontecer nas classes fonético-fonológica, sintática, morfológica e lexical, em consequência, da variação dada ao modo de falar de cada pessoa, recordando que, cada um de nós caracteriza uma maneira diferente ao falar. Desse modo, são importantes e imprescindíveis os referidos acima, pois, traçam uma propriedade fundamental da língua.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DE NORMA NA SOCIOLINGÜÍSTICA

Nesse rebuscado mundo repleto de linguagem, observamos que há uma grande diferença entre a língua que falamos em nosso senso comum, usual no dia-a-dia e a língua prescrita pela Gramática Normativa, que posiciona as suas determinações como a única forma correta de realização da língua por uma norma culta/padrão e assim, classificando as outras formas possíveis como erradas. Por qual motivo forma-se essa ocorrência? A fim de que, nós, usuários da língua, concebemos uma forma mais simples de nos comunicar?

Podemos dizer que língua varia no tempo/espço motivada pelas convivências sociais e culturais, quer dizer que essas diferentes relações formam a variação, pois as pessoas no intuito de deixar a linguagem na forma mais simples e eficiente para um melhor entendimento do interlocutor muda suas formas, quer dizer, estranho seria se falássemos de modo igual. Mas se pensarmos nessa concepção de variação, e o sentido de norma, como ficariam nesse conceito?

Como diz Faraco (2008, p. 31), “o conceito de norma, nos estudos linguísticos, surgiu da necessidade de estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em parte, a heterogeneidade constitutiva da língua”.

Prosseguimos com o dizer de Faraco (2008), sobre o conceito de norma:

É possível, então, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (normal) numa certa comunidade de fala. (FARACO, 2008, p. 35).

Temos que respeitar o diferente, a variação na língua, e saber da sua existência, porém, a norma culta é fundamental e tão importante quanto às variações linguísticas. A norma conduz uma linguagem, indica alternativa e possibilidades e deve ser estudada nas escolas, com o objetivo de todos os estudantes terem o acesso aos inúmeros modos de pensar a língua/linguagem. Isso não quer dizer que, ao escrevermos devemos usar qualquer forma de escrita, não preocupando com as regras gramaticais. Necessitamos priorizar uma linguagem mais coesa, quer dizer, se levarmos essa variabilidade para a escrita, carregada de outros termos não usuais, poderá não ser possível o entendimento do leitor. Viabilizamos novamente que, se na fala podemos usar uma variação, não esboçada pelas gramáticas normativas, na sua forma escrita, temos que cobrar uma formalidade maior nesse requisito, logicamente não como os arcaicos textos literários, todavia, textos com um grau de formalidade, coesão e coerência.

Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, a caracterização de *norma* se conceitua como: princípio, regra, modelo, padrão. No dicionário Junior de Língua Portuguesa (2001), norma é aquilo que se estabelece como orientação a ser seguida, para se fazer alguma coisa, padrão e regra.

É importante deixar claro que o conceito de norma, é bem mais complexo do que parece. Por isso, concordamos com as palavras de Faraco (2008, p. 35), “para o estudo das línguas: toda e qualquer norma (toda e qualquer variedade constitutiva da língua) é dotada de organização”. O autor afirma que as variações na língua confirmam sim uma organização, isto é, ela não está conceituada apenas em dicionários e gramáticas, mas na língua das pessoas que as usam. Novamente seguimos as ideias de Faraco (2008):

A situação, porém, é ainda mais complexa porque, na verdade, cada comunidade linguística tem várias normas (e não apenas uma). Nesse sentido uma comunidade linguística não se caracteriza por uma única norma, mas por um determinado conjunto de normas. (FARACO, 2008, p. 37).

Por meio das palavras de Faraco, podemos afirmar que, na língua em que, nós brasileiros falamos, não poderia haver o conceito do certo e errado. Obviamente, o

importante é que todos entendam a comunicação, isto é, realizada de maneira suficiente para o entendimento do ouvinte. Pensamos nós, mesmo que certa pessoa não tenha o entendimento das regras impostas nas Gramáticas Normativas, ela é dotada de produzir enunciados simples e complexos de maneira inteligível, de certa maneira, somos capacitados a pronunciar as palavras em seu adequado lugar, seguindo-se assim, os fundamentos da Gramática, melhor dizendo, com princípios substanciais para que a intercomunicação resulte de forma adequadamente para um melhor entendimento.

Compreendemos melhor, com o ponto de vista de Faraco (2008):

Os diferentes grupos sociais se distinguem, portando, pelas formas de língua que lhes são de uso próprio. Assim, numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas, como, por exemplo, normas características de comunidades rurais tradicionais, aquelas de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, normas características de grupos juvenis urbanos, normas características de populações das periferias urbanas, e assim por diante. (FARACO, 2008, p. 40).

Consequentemente demonstramos que compreender a língua qual estamos não é uma tarefa fácil, mas, se alcançamos de modo eficaz, a comunicação, é porque temos conhecimento sobre suas determinadas normas. A vista disso, conhecemos as comuns concepções que se atribuem a norma, por exemplo, a norma padrão está vinculada a uma língua modelo, segue prescrições representadas na gramática, mas é marcada pela língua produzida em certo momento da história e em uma determinada sociedade. A norma gramatical é aquela relacionada à gramática normativa: só o que está de acordo com ela é correto. Já a norma culta, que se especifica ao conjunto de padrões linguísticos que determinam o correto uso da língua de acordo com a camada escolarizada da população. Porém, em detrimento da indagação acima, sobre o que a Sociolinguística conceitua sobre esse aspecto, preferimos conceitualizar com as palavras de Faraco, (2008):

Não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos. (FARACO, 2008 p. 42).

Quer dizer:

Pode se observar, diante desse panorama de diversidade, que quanto mais tem avançado o estudo da heterogeneidade linguística, mais ela se mostra complexa. Assim, embora necessárias, são já insuficientes as categorias tradicionais com que a Sociolinguística começou a trabalhar, como idade, gênero, etnia, nível de renda e escolaridade. Tornou-se indispensável analisar também as múltiplas redes de relações sociointeracionais de que participam os falantes: elas são fatores diretamente correlacionada com os diferentes modos de falar (e escrever), com as diferentes normas de uma determinada comunidade. (FARACO, 2008, p. 38).

No entanto, firmamos ao conceito elaborado por Faraco, e podemos dizer que a Sociolinguística se exerce através das normas, há várias em cada comunidade linguística, e que elas são fatores de identificação de um determinado grupo. Podemos descrever e sistematizar como as Gramáticas Normativas, ela se organiza de tal modo como qualquer outro sistema composto por regras.

Mas o que a escola e o professor têm a ver com aprendizagem da Sociolinguística? Haja vista, que eles são importantes no processo do conhecimento.

Conforme, observa Bortoni-Ricardo (2005):

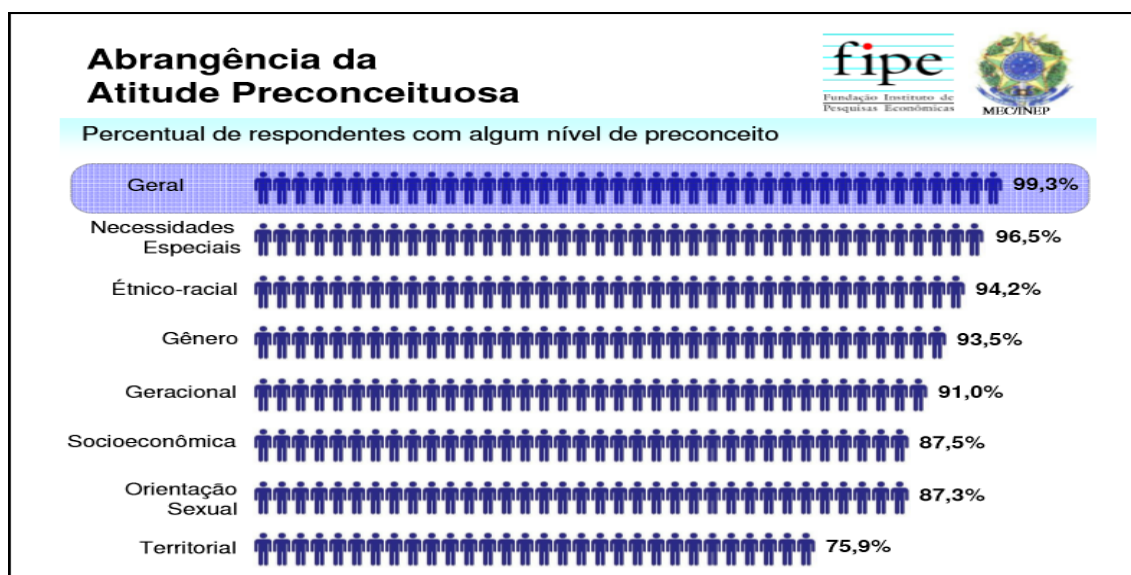
A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Desse apontamento de Bortoni- Ricardo, evidenciamos com clareza, que o preconceito linguístico sempre é um conceito preconcebido que demonstra em práticas discriminatórias que constroem a vítima, e assim inibindo-a da comunidade escolar.

Segundo uma pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentou que todas as pessoas entrevistadas envolvidas com a escola, sendo, pais, alunos, professores, corpo administrativo, praticam algum tipo de discriminação preconceituosa, quer dizer, 99,3% das pessoas questionadas têm algum tipo de preconceito étnico-racial, gênero socioeconômico, portadores de necessidades especiais, geracional, orientação sexual e **territorial**. (INEP, 2009, p. 12, grifo nosso).

Exemplificamos com o quadro 1 abaixo, dando ênfase ao preconceito territorial que atinge uma abrangência de 75,9 % dos entrevistados, de uma maneira geral, pode até ser o de nível mais baixo que os outros assuntos relacionados, porém, em um plano de preconceito, é relativamente alto. Segue abaixo o Exemplo:

Quadro 1: Abrangência de atitude preconceituosa.



Fonte: MEC/INEP, 2009.

Consequentemente, extinguir o preconceito linguístico dentro da sala de aula é um dos incitamentos mais desafiador ao professor e toda rede escolar, posto que, em diversas situações é o professor, que está em contato a todo o momento com os alunos, que tem que fazer a mediação entre as confusões estabelecidas. Sempre ouvimos falar de estudiosos, que a escola reflete o que transcorre na comunidade/sociedade, ou seja, a intolerância preconceituosa deixa marcas que pode durar uma vida inteira. Por esse motivo, novamente, que indagamos a importância da escola e do professor no intuito de diminuir a repressão/agressão na fala dos indivíduos, pois sabemos que o preconceito no Brasil é notório e perceptível. Ilustramos o preconceito linguístico aqui, porque notamos que ele é pouco discutido no meio educacional, e que essa vulnerabilidade de explicações ocasiona, de modo geral, a desigualdade social em nosso País, quer dizer, a língua/linguagem está relacionada com os valores da sociedade.

A língua não pode servir de exclusão social, é o que diz Bagno (2009):

[...] dizer em voz alta que as formas não normatizadas também estão corretas é impedir o conhecimento da norma tradicional seja usado como instrumento de perseguição, de discriminação, de humilhação do outro, nem como uma espécie de saber esotérico, reservados para alguns iluminados de inteligência superior. (BAGNO, 2009, p. 29).

Alguns exemplos na disseminação dos estudos das variações são realizados através de debates, palestras, discussões, partindo das conversas em sala de aula nas escolas em todos os níveis possíveis, no sentido de desconstruir o preconceito linguístico que permeia nossa sociedade, mostrando as diferenças existentes no falar de cada pessoa.

Bagno (2009) afirma, novamente, o que realmente devemos reconhecer:

Conhecer a história da língua, a tradição gramatical, a riqueza no nosso vocabulário, a beleza da nossa literatura oral e escrita, o potencial da nossa linguagem – tudo isso é muito bom, é preciso e deve ser cultivado. Só não podemos admitir que alguém transforme tudo isso num arame farpado, numa cerca eletrificada ou em qualquer outro tipo de instrumento autoritário de repressão e de exclusão social. (BAGNO, 2009, p. 29).

É improvável uma sala de aula de harmonia e aprendizado qualificado quando perdura qualquer tipo de preconceito. Desse modo, torna-se indispensável que o professor e todas as instituições de ensino, públicas e privadas admitam a variedade linguística existente em nosso falar, deixando a “crença” de uma língua única como empregam as Gramáticas Normativas, e reconheçam as variantes presentes em toda nossa comunidade/sociedade, atribuindo a necessidade de reconhecimento aos alunos, objetivando sempre a competência linguística do educando.

É significativo considerar que se por acaso essas variações visam à comunicação, em nenhum momento devemos desconsiderá-las, ou melhor, considerá-las erros e/ou falhas. Se estabelecermos essas variações como erros, estaremos praticando e efetivando o que denominamos de **preconceito linguístico**. Incontestavelmente, portanto, que a língua/linguagem é um elemento crucial na exclusão social dos indivíduos, desse modo, o preconceito linguístico deve ser reconhecido/admitido para ser extinto.

SEÇÃO II

CAMPO INSTITUCIONAL, OBJETO E PCNs

2.1 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO MÉDIO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são referências para o Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas e privadas de todo o País. Os PCNs têm a finalidade de garantir a todas as crianças e adolescentes brasileiros, independentemente dos locais e das condições socioeconômicas, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis, o direito de aproveitar do conjunto de conhecimentos reconhecidos como essencial para o exercício da cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais servirão de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária do professor, o planejamento de suas aulas e o desenvolvimento do currículo de sua escola. (BRASIL, 1999, p. 11).

Como pode se constatar, é um documento importante para todos os níveis escolares, ou melhor, são diretrizes desempenhadas para orientar os professores por meio da regulamentação de alguns pontos fundamentais. Vejamos a seguir:

Esse documento tem o propósito de delimitar a área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, dentro da asserção do Ensino Médio, da qual, a diretriz está inscrita na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e no parecer o Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº 15/98. (BRASIL, 1999, p. 123).

Esse documento não se apresenta como um produto obrigatório e, portanto, acredita-se que serão adequados aos traços locais. Essa orientação não é uma coleção de regras que pretendem ditar e impor o que os professores devem ou não fazer, quer dizer, são referências para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino, melhor dizendo, foram formadas junto ao Governo Federal com o objetivo de facilitar e auxiliar as equipes escolares nas execuções de seus trabalhos, tendo em vista, uma proposta pedagógica que funcione atribuindo a cidadania ao estudante.

Para a proposta curricular do Ensino Médio, os PCNs têm por objetivo auxiliar os professores, educadores na reflexão sobre a prática diária em sala de aula e servir de

apoio ao planejamento de aulas e ao prosseguimento do currículo da escola. Os documentos estão assim apresentados:

- Bases Legais;
- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática);
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Biologia, Física, Química, Matemática);
- Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Política).

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é a conclusão de meses de ampla discussão e trabalhos realizados por especialistas e educadores de todo o País. A proposta foi desenvolvida a partir da necessidade de auxílio as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Prestaram de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e, sobretudo ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo ainda para a atualização profissional, chegando às escolas e contribuindo com os diferentes segmentos envolvidos em relação ao trabalho educacional.

Os Parâmetros, portanto, caracterizam-se por ser uma orientação aos educadores. Eles dividem-se em disciplinas e abordam, argumentam sobre as práticas de organização de conteúdo em sala de aula, a aplicação das lições orientadas, formas de abordagem das matérias, e a maneira mais desejável a ser aplicada pelos professores em situações diversas nas escolas.

Neste caso, o respeito à diversidade é o principal eixo da proposta dos PCNs, e objetivando que o Ensino Médio deve estimular o aluno a curiosidade, raciocínio e a capacidade de interpretar e intervir no mundo que o rodeia, ou seja, perpassa para o processo de ensino-aprendizagem uma sistematização de um complexo de determinações como “pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar de forma que o aluno participe no mundo social”. (BRASIL, 1999, p. 124). Melhor dizendo, é através da linguagem, considerada aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los.

Desse ponto de vista, essas orientações correlacionadas ao ensino não podem ser consideradas receitas prontas ou soluções formadas e acabadas para os impasses no

ensino de Língua, quer dizer, que devem ser tomadas como referências, “direção/orientação”, no contexto docente.

Vale ainda ressaltar que a língua/linguagem é estruturada historicamente no contexto de interação social, dessa forma, o uso que os indivíduos fazem dela é interposto pelas relações sociais, ou seja, a interação é o que faz com que a linguagem seja comunicativa.

Ilustramos a respeito da linguagem abaixo, conforme os PCNs (1999):

A linguagem permeia o conhecimento e as formas de conhecer, o pensamento e as formas de pensar, a comunicação e os modos de comunicar, a ação e os modos de agir. Ela é a roda inventada, que movimenta o homem e é movimentada pelo homem. Produto e produção cultural, nascida por forças das práticas sociais, a linguagem é humana e, tal como o homem, destaca-se pelo seu caráter criativo, contraditório, pluridimensional, múltiplo e singular, a um só tempo. (BRASIL, 1999, p. 125).

O domínio da língua, oral ou escrita é fundamental para a participação efetiva e espaço social, pois é por meio deste, que o ser humano se comunica, expressa e defende pontos de vista, tem acesso a informações, constrói visões de mundo e as compartilha e produz conhecimento.

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e da sociedade é ampliado ainda mais no despertar e aponta para a necessidade de construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos em uma era de competições, em que progressos tecnológicos e científicos determinam exigências novas para as pessoas que ingressarão no mundo do trabalho.

Neste caso, a constituição federal de 1988 determina que a educação seja um direito de todos, visando o desenvolvimento do aluno na escola, na cidadania e para um futuro mercado de trabalho, pois a educação é uma obrigação legal comum a todos os Municípios e Estados, ou seja, as Leis das Diretrizes e Bases criaram para o ensino médio um núcleo de embasamento para os professores de diversas áreas.

Conceituamos aqui os princípios e ideias definidos na LDB,⁹ em que o Ministério da Educação, em um trabalho conjunto com professores e educadores, em um contexto geral, de todo o País, chegaram a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a aprimoração dos jovens na vida adulta, quer dizer, possuíam um ensino descontextualizado e baseado no acúmulo de informações. Ao

⁹ A partir desse momento será utilizada a sigla LDB no lugar de Lei de Diretrizes e Bases.

contrário disso, buscaram dar significado ao conhecimento escolar, por meio da contextualização; impossibilitando a compartimentalização; incentivando e possibilitando o raciocínio e a capacidade de aprender e capacitar-se.

Estes Parâmetros Curriculares desempenham o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e estimular, orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias, com a intenção de acrescentar e aprofundar um debate educacional que envolva as escolas, pais, governos e todos os outros membros encarregados da educação escolar. Os PCNs foram elaborados procurando, de um lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no Brasil e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.

Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos alunos terem acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao serviço da cidadania, ou seja, os PCNs são diretrizes separadas por disciplinas elaboradas pelo governo federal e não obrigatório por lei, no entanto, elas servem para subsidiar e orientar a elaboração e revisão acerca dos trabalhos que serão desenvolvidas pelos professores em sala de aula.

No entanto dada a diversidade regional, cultural e política existente no país, os PCNs buscam parametrizar referências nacionais para as práticas educativas, procurando instigar a reflexão e focalizando a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar seu domínio de língua/linguagem.

Acerca disso, trazemos as características e objetivos dos PCNs de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Os PCNs para o Ensino Médio abordam as *competências e habilidades* a serem desenvolvidas em Língua Portuguesa por meio das seguintes propostas:

a) Representação e comunicação:

- confrontar opiniões e pontos de vista sobre as manifestações da linguagem verbal;
- compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade;
- aplicar as tecnologias de comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes da vida.

b) Investigação e compreensão:

- analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis);
- recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial;
- articular as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos;

c) Contextualização sociocultural:

- considerar a língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social;
- entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial a língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. (BRASIL, 1999, p. 145).

Nesse sentido, espera-se que a escola propicie aos alunos situações de vivências e de conhecimentos que lhe assegurem um domínio linguístico capaz de garantir à produção de textos adequados às situações, isto é, textos com diferentes características de comunicação e de questões com diversidades linguísticas, fazendo o aluno pensar, questionar e compreender, de modo que ela possa ocupar posições na sociedade, buscando de fato contribuir para que tornem cada vez mais conscientes e livres, capaz de refletir sobre o mundo que o cerca e intervir positivamente em sua modificação. Isto é, a escola deve instrumentalizar o aluno para o seu desempenho linguístico compatível com a situação social com a qual o indivíduo pode se deparar.

Observamos nas palavras de Silva (2001), que:

É importante lembrar que há, no Brasil, todo um imaginário construído ao longo de sua história, em que as representações sobre a (s) língua (s) e seus falantes revelam/conferem ao trabalho pedagógico a possibilidade de vencer a barbárie e instalar a civilização no Novo Mundo, transformando a língua em um objeto de estudo. (SILVA, 2001, p. 2).

Melhor dizendo, a língua deveria ser tratada com respeito, evidenciando essa palavra a todos os falantes, assim não precisaríamos estar sempre usando o termo discriminação, preconceito, etc. com a língua. Mas sabemos que habitamos um mundo onde as diferenças são capazes de formar uma guerra e que a língua se enquadra nesse

movimento, não há respeito, não há ética, existe apenas o retrato da intolerância do ser humano as coisas simples. Enquanto esse respeito e conhecimento das diferenças não vêm, temos que continuar com certos termos para um melhoramento do ensino-aprendizagem.

Além dos termos, concordamos com Silva (2001), que devemos mudar o terreno para o conhecimento:

Mudar de terreno pode significar primeiro compreender a história da constituição do conhecimento gramatical no Brasil, a maneira como produzimos historicamente os saberes sobre as línguas que sustentam nosso imaginário e a nossa relação com a língua, com a ciência, com o ensino, com o espaço público. Mudar de terreno é pensar, questionar, e compreender a importação cega de teorias e tecnologias linguísticas; as concepções de linguagem, de comunicação, de interação, de interdisciplinaridade, de aplicação, que permeiam o nosso discurso pedagógico moderno. É trabalhar a noção de sintaxe como base de um sistema dedutivo formal ou diluída na diversidade de dialetos e registros. É explicitar e analisar a relação entre língua e ideologia. Podemos pensar, ainda, em conhecer e compreender essa história de construção desses referentes - Português do Brasil e língua nacional, por exemplo - e de uma literalidade, que produz um imaginário que os sustenta; em incluir os momentos de identidade e de oposição; em abrir-se aos dados que se vão revelando em nossas análises científicas para incorporá-los em uma síntese sempre inacabada, ultrapassando o real factual, mediante uma teoria que inclui o movimento contraditório das coisas, e aponta para o concreto nas múltiplas determinações que o sintetizam e o orientam para a sua transformação. (SILVA, 2001, p. 11).

E mais, sabemos que a escola e os professores não podem garantir de forma total o uso da linguagem fora do seu ambiente escolar, mas deve conceber o conhecimento necessário, de tal forma, a instrumentá-lo para que, fora desse ambiente, a sua competência, desempenho social e cultural, possa ser utilizado sem julgamentos inconvenientes, assim, não gerando preconceitos linguísticos. Considerando-se o contexto acima, afirmamos essa perspectiva de aprendizagem como:

O espaço da Língua Portuguesa na escola é garantir o uso ético e estético da linguagem verbal; fazer compreender que pela linguagem é possível transformar/reiterar o social, o cultural, o pessoal; aceitar a complexidade humana, o respeito pelas falas, como parte das vozes possíveis e necessárias para o desenvolvimento humano, mesmo que, no jogo comunicativo, haja avanços/retrocessos próprios do uso da linguagem, enfim, fazer o aluno se compreender como um texto em diálogos constante com outros textos. (BRASIL, 1999, p. 144).

Nada obstante, mesmo após os avanços nos estudos, conhecimentos da Linguística, Sociolinguística, com a elaboração dos documentos dos PCNs, entre outros, como a BNCC¹⁰, até então ocorre, na maioria das escolas brasileiras públicas e privadas, o ensino de Língua Portuguesa baseado na conservadora Gramática normativa.

Portanto, os professores de Língua Portuguesa devem ser os mediadores do processo de ensino-aprendizagem, fazendo uso de técnicas que possibilitem e ajudem o aluno a tornar-se independente, de maneira que, enquanto mediador desse processo possa propiciar e preparar esse aluno, inexperiente, a assumir a sua função de responsável em um espaço de interação e diálogo. Como diz Bressanin (2006):

Acreditamos que, para o professor de Língua Portuguesa, a principal tarefa a ser realizada é a de tornar nossos alunos leitores críticos e competentes produtores de textos. Para isso, não basta apresentar conceitos prontos e uma série de exercícios de fixação, desinteressantes e ineficientes à tarefa que nos propomos realizar, mas incentivar a leitura e a escrita no ambiente escolar. (BRESSANIN, 2006, p. 01).

Dessa maneira, também reportamos a importância que a língua representa ao homem, conforme consta nos PCNs (1999):

Compreender a língua é saber avaliar e interpretar o ato interlocutivo, julgar, tomar uma posição, consciente e responsável pelo que se fala/escreve. Toda fala/escrita é histórica e totalmente situada, sua atualização demanda uma ética. Onde se aprende isso? A experiência escolar é necessária e, mais, deve ser uma necessidade sentida pelo próprio aluno. (BRASIL, 1999, p. 143).

Portanto, a finalidade do ensino de Língua Portuguesa deve estar concentrada e direcionada no desenvolvimento da competência comunicativa do aluno. Assim como dizem os PCNs, a língua deve estar situada no emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está mergulhado, não a língua divorciada do contexto social vivido, enfim, fazer o aluno compreender a linguagem. Quer dizer, evidenciar a não existência da linguagem no vazio, sendo seu grande objetivo a interação, a comunicação entre as pessoas dentro de um espaço social.

¹⁰ Base Nacional Comum Curricular, ela apresenta os conteúdos para as áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, bem como apresenta orientações para a educação especial. O documento foi colocado em consulta pública pelo MEC. (BRASIL, 2015).

2.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

Antes de iniciarmos nossa discussão, é necessário e precavido dizer e compreender, acerca do livro didático que ele é um elemento de relevância para o ensino-aprendizagem no meio escolar de todo Brasil. Aparentemente, parece ser uma temática simples, mas não é, ao passo em que falamos no livro didático, é natural e espontâneo vincular a todo e qualquer material impresso que circulam nas escolas. Talvez seja pela popularidade e simplicidade na existência do contexto escolar, que não atraem a importância necessária no que se refere a sua produção e distribuição.

Consequentemente, o livro didático, repetidamente é caracterizado como um objeto impresso, apenas para fins escolares, quer dizer, é maquiado com um encadeamento de produção, reprodução unicamente com qualidades particulares, o que não deveria ser, pois, o livro didático não é apenas um suporte de aprendizagem para o docente em sala de aula, mas, um alicerce para todo o campo de ensino aprendizagem quando aplicado e manipulado em consonância das metas traçadas por qualquer leitor. Só a partir de um reconhecimento real sobre a importância que o livro didático apresenta como um recurso facilitador de aprendizagem, consequentemente será possível construir uma aprendizagem coesa, por se tratar de um referencial, uma fonte de pesquisa que possibilita o aprofundamento dos conteúdos. Isto é, os livros didáticos fazem parte da cultura de todo corpo social e, ao longo de tantas mudanças/transformações que ocorrem na comunidade, sociedade, ele até então, possui uma função relevante para a aprendizagem da criança e do adolescente, quer dizer, do aluno em si, como mediador na construção da aquisição do conhecimento.

Segundo Ribeiro (2003), “o livro didático é um instrumento de grande valor educacional e está presente no contexto histórico do Brasil desde o período colonial”, porém, este instrumento didático era exclusividade de poucas pessoas, melhor dizendo, apenas os ricos, sucedidos e poderosos da hierarquia tinham permissão de acesso.

Diferentemente do meio virtual, sua forma impressa implica atenção e concentração do leitor para refletir e compreender as ideias postas pelo autor no seu conteúdo, diferente do que acontece com outras mídias, como por exemplo, a televisão, rádio, etc., que não necessariamente obrigam-nos a parar para presenciar, enxergar, isto é, por meio de seu conteúdo e forma, expressam um projeto gráfico, esquematizado, visual que necessariamente tem a função de chamar a atenção, de desafiar, provocar para motivar a leitura.

Dessa forma, sabemos que os livros são um dos recursos mais utilizados dentro de um ambiente escolar, e que no cenário da educação brasileira, ele é umas das principais ferramentas de apoio aos professores e alunos de redes públicas e privadas, isto é, um objeto indispensável para milhões de pessoas que buscam um aprendizado de forma igualitária e significativa, ou seja, um amplo desenvolvedor de sabedoria e conhecimento.

A esse respeito, Bagno (2013), enfatiza:

Os livros didáticos constituem, em muitos ambientes escolares, sobretudo no universo do ensino público brasileiro, a principal, quando não única, ferramenta para o processo de letramento não só dos alunos e, muitas vezes, de suas famílias, como também dos próprios docentes. (BAGNO, 2013, p. 7).

Dessa forma, acreditamos na importância que o livro se faz em sala de aula, de forma que sendo ou não, ferramenta única, ele é um apoio viável a toda rede escolar. A vista disso, citamos Libâneo (2002), sobre a seguinte indagação: qual a importância do livro didático?

[...] naturalmente, em primeiro lugar, tem uma importância pedagógica por ser parte do processo da educação e do ensino. Ele sistematiza o conhecimento científico, transforma o saber científico em saber escolar, em saber para ser ensinado na escola. Em segundo lugar, tem importância política e cultural. Política, porque o livro didático transmite valores e atitudes, isto é, modos de pensar e agir, ideias, opiniões, modos de ver as coisas, preconceitos que podem estar expressando o ponto de vista de determinados grupos sociais economicamente privilegiados. (LIBÂNEO, 2002 p. 127).

De acordo com Melo JR. (*apud* PAIVA 2009, p. 01), o livro didático surgiu no ocidente em meados do século II D.C, como fruto da revolução que substituiu o *volumen*¹¹ pelo *códex*.¹² Com o novo formato, permitia-se a utilização dos dois lados do livro, reunindo um número maior de textos em único volume, além da facilidade de paginação e clareza, o que permitia uma melhor leitura, pois os livros eram produzidos a mão, isto é, em um modelo manual.

Esse processo somente foi modificado no século XV, com a invenção da imprensa e essa mecanização permitiu a editoração do livro em série. Conforme aponta

¹¹ Livro formado por folhas de paio coladas e enroladas em cilindro de madeira formando um rolo. O ato de ler se tornava desconfortável, pois o leitor precisava desenrolar e enrolar o manuscrito.

¹² Livro formado por folhas de papiro ou de peles de animais costurados. Esse material se aproximava mais dos livros atuais, mesmo assim, eram grandes e desajeitados.

Kelly (1969) (*apud* PAIVA 2009, p. 01), os primeiros livros didáticos eram escassos, desajeitados e difíceis de serem carregados. Pelo seu difícil acesso, somente os professores possuíam livros didáticos e até o século XVIII era comum os estudantes em sala de aula ter os materiais diferentes uns dos outros.

Segundo Paiva (2009), em 1578, foi lançada uma gramática em hebraico pelo Cardeal Ballarmine, sendo considerada a primeira indicação do livro para o aprendiz, com a finalidade de auxiliar no estudo do aluno sem necessitar a ajuda do professor. Em 1658 foi publicado em Nuremberg o *Orbis Pictus* na Língua Latina Alemã, o livro era percurso das técnicas audiovisuais, contendo várias ilustrações, destinando-se principalmente ao público infantil.

De acordo com Paixão (1995), a história do livro didático no Brasil teve início em 1808 com a chegada da Família Real. D. João VI trouxe para o Brasil a biblioteca real e criou a Imprensa Régia, que era dominada com severidade pelo Imperador, ou seja, a opinião pública não tinha voz e só publicava aquilo que não ofendia o Estado, os costumes da época e a religião. Através da Imprensa Régia foi publicado o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e também o primeiro livro, *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga.

O autor descreve ainda que a partir de 1821, multiplicaram-se os jornais, folhetos, revistas e a publicação de livros. Nesta época o Brasil era influenciado pela cultura francesa destacando duas importantes editoras *Lemmert* e *Garnier*. Essas duas casas editoriais importavam vários livros franceses que atendia diretamente a classe da elite. Lembramos ainda que, o Brasil só teve as primeiras determinações editoriais para comercialização após a vinda da família Real de Portugal, assim, permitiram vivenciar as riquezas das bibliotecas, jornais, imprensa, e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, etc., isto é, no início do século XX os livros manuseados vinham de Portugal.

No Brasil, o livro didático passou a ser oferecido amplamente pelo Governo Federal às escolas públicas a partir do ano de 1929, nomeado como um órgão específico para legislar sobre a política do livro didático foi denominado Instituto Nacional do Livro (INL¹³), esse é o mais antigo dos programas voltados ao fornecimento de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro. Ao longo dos anos, o

¹³ O Instituto Nacional do Livro (INL) foi elaborado em meados do ano de 1937 no Governo Vargas, por determinação do ministro Gustavo Capanema. As atribuições estavam presumidas em edições de obras literárias consideradas de interesse para a formação cultural dos cidadãos brasileiros, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional e, por fim, a ampliação, por toda a extensão nacional, do número de bibliotecas públicas.

programa passou por várias transformações e recebeu diferentes nomes e formas de execução. Esse programa surgiu com o objetivo de aumentar a produção e legitimação do livro didático no Brasil. Foi nesse período que a legislação com a determinação/lei nº 1006 de 30 de Dezembro de 1938, em que apresenta pela primeira vez a designação do livro didático:

Art. 1º É livre, no País, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe, isto é, compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação nos termos desta Lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República. (Decreto/Lei n. 1.006 de 30 de dezembro de 1938).

A vista disso, em resolução a esse decreto, no sentido em que o livro consiga se renomear como didático, ou melhor, aprovado como didático, é categórico e determinante que atenda a dois princípios fundamentais: aluno e professor. Assim, citamos a causa que podem impedir a autorização do livro didático a circular nos meios escolares conforme o regimento da lei nº 1006 de 1938, informado pelo Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/1/1939, p.277, referido no Art. 20, não podendo ser autorizado o uso do livro didático em modo que:

[...] atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;

Que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;

Que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;

Que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;

Que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;

Que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;

Que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;

Que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;

Que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;

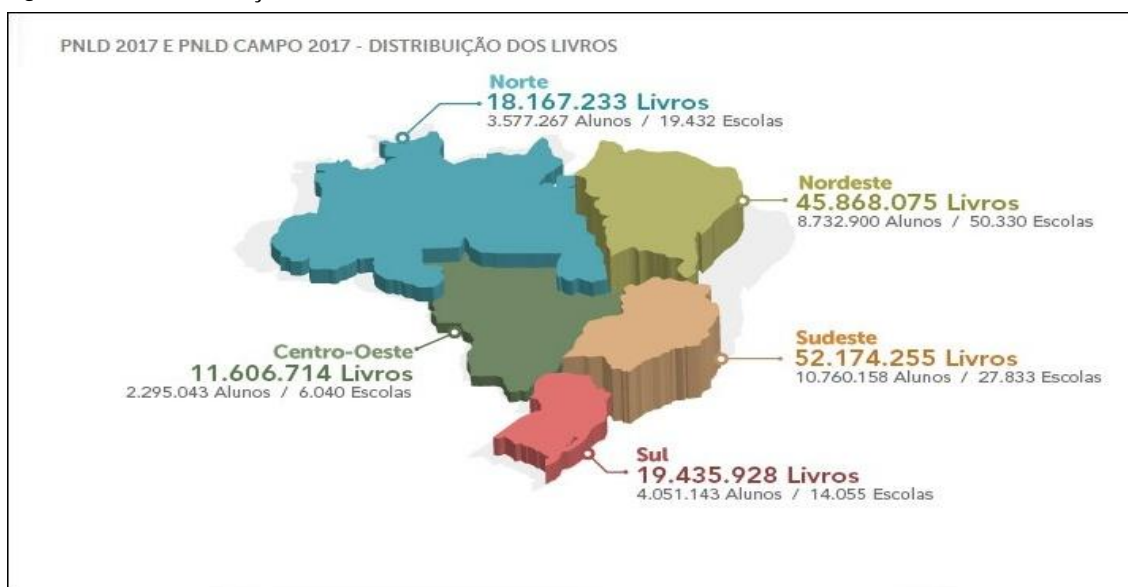
Que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;

Que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas

prerrogativas da personalidade humana. (Decreto/Lei n. 1.006 de 30 de Dezembro de 1938).

Hoje, a responsabilidade é do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD¹⁴), como diz Bagno (2007), “o PNLD é uma instância privilegiada em que os resultados das pesquisas empreendidas nas boas Universidades exercem saudável influência na prática pedagógica”, quer dizer, que tem por intuito regular as escolas públicas de ensino Fundamental e Médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, isto é, comprando e distribuindo obras didáticas aos alunos do ensino Fundamental e Médio, na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Veja a seguir no quadro a distribuição de livros no ano de 2017 das principais disciplinas escolares:

Quadro 2: Distribuição de Livros



FONTE: FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação.

Dessa forma, a execução do PNLD Ensino Fundamental (regular) e do PNLD Ensino Médio (regular e EJA) segue os passos abaixo, segundo o Programa do FNDE:

Adesão: As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que desejem participar dos programas de material didático deverão manifestar este interesse mediante adesão formal, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos

¹⁴ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem o propósito de abastecer as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e conjunto de obras literárias, obras complementares e dicionários. O PNLD é realizado em ciclos trienais alternados, ou seja, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinado ciclo de ensino, repõe e integraliza os livros reutilizáveis para outros períodos.

estabelecidos pelo Ministério da Educação. O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não desejarem mais receber os livros didáticos precisam solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do (s) programa (s). A adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida;

Editais: Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet;

Inscrição das editoras: Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais;

Triagem/Avaliação: Para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos;

Guia do livro: O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas;

Escolha: Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola;

Pedido: A formalização da escolha dos livros didáticos é feita via internet. De posse de senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, professores fazem a escolha on-line, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE;

Aquisição: Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro;

Produção: Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE;

Análise de qualidade física: O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados;

Distribuição: A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação;

Recebimento: Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros. (FNDE, 2017).

No governo de Vargas, em 1930, fundou-se o Ministério da Educação (MEC), com o intuito de definir um programa político educacional amplo. De acordo com Carmagnani (*apud*, PERALTA, 2003, p. 127), o livro didático ainda é a principal fonte de “saber institucionalizado” implantado na escola e que, segundo Coracini (*Apud*, PERALTA, 2003, p. 34) “constitui o centro do processo de ensino-aprendizagem em todos os graus de ensino no cenário atual da educação brasileira”.

No Brasil, o livro didático é uma ferramenta indispensável e substancial de ensino aprendizagem adotado pelas escolas públicas, “o livro didático passou a ser o principal, em muitos casos, o único instrumento de apoio ao trabalho docente” (DANTE, 1996, p. 52).

Nessa perspectiva, Dante (1996) apresenta várias razões para justificar a importância do livro didático.

[...] - em geral, só a aula do professor não consegue fornecer todos os elementos necessários para a aprendizagem do aluno, uma parte deles como problemas, atividades e exercícios pode ser coberta recorrendo-se ao livro didático;

- Muitas escolas são limitadas em recursos como bibliotecas, materiais pedagógicos, equipamento de duplicação, vídeos, computadores, de modo que o livro didático constitui o básico, senão o único recurso didático do professor. (DANTE, 1996, p. 52).

Certamente, o livro didático, mesmo sendo representado na maioria das vezes, como uma ferramenta cultural que gera controvérsias e ocasiona críticas, tanto positivas quanto negativas, ainda é fundamental, indispensável e considerado um instrumento essencial no processo de escolarização, pois, ele pode oferecer diversas contribuições tanto para alunos quanto para professores. Consideramos e destacamos novamente a importância desse material pedagógico, o livro didático vai muito além de ser apenas um simples manual escolar, ele torna o conhecimento em suas manifestações de modo simples que deixam marcas definidas, registradas, marcadas nas memórias dos alunos e a todos que utilizam esse material.

Dessa forma, Libâneo (2002), acrescenta:

[...] nele encontra-se organizado e sequenciado o conteúdo científico da matéria supostamente correto. Através dele o professor continua

aprendendo, ganhando mais segurança para o trabalho na sala de aula. Para o aluno é uma fonte de informação imprescindível por conter o saber sistematizado da matéria escolar, além de ser meio para o estudo individual, revisão e consolidação da matéria. Se bem utilizado pelo professor, o livro didático ajudará os alunos a lidar com a informação, a formar conceitos, a desenvolver habilidades intelectuais e estratégias cognitivas, que são os objetivos de um ensino adequado para o nosso tempo. (LIBÂNEO, 2002, p. 131).

Nessa circunstância é sustentada a importância do livro didático, sendo um suporte correto para ensino aprendizagem quando utilizado de acordo com os objetivos planejados pelo professor em sala de aula. Todavia, independentemente desse ponto positivo, relatando sua importância, devemos lembrar na atualidade da educação o apego virtuoso aos livros didáticos, isto é, na maioria das vezes, a obediência ou "acomodação", caracterizada como um princípio mais importante do que o próprio diálogo educacional. A esse fator, expomos e concordamos com a ideia de Silva (1996) relevando a importância da não dependência do material didático:

[...] para uma boa parcela dos professores brasileiros, o livro didático se apresenta como uma insubstituível muleta. Na sua falta ou ausência, não se caminha cognitivamente na medida em que não há substância para ensinar. Coxos por formação e/ou mutilados pelo ingrato dia-a-dia do magistério, resta a esses professores engolir e reproduzir a ideia de que sem a adoção do livro didático não há como orientar a aprendizagem. (SILVA, 1996, p. 11).

O autor continua sugerindo ainda que:

A perversidade dessa lógica atinge várias esferas, principalmente por alçar o livro didático à condição de ponto de partida e ponto de chegada de todo conhecimento trabalhado em sala de aula. Uma forma imposta - e não uma forma possível - à qual os estudantes têm de se encaixar. E essa forma, parasitária e paralisante, vai alimentando e cristalizando um conjunto de rotinas altamente prejudiciais ao processo educacional do "professorado" e do "alunado". (SILVA, 1996, p. 12).

O que queremos demonstrar é que o livro didático é de suma importância ao meio educacional, mas que não deve ser seguido como o único apoio aos professores, quer dizer, reiteramos em que o livro didático precisa ter seu papel redirecionado, diminuindo-o sua importância relativamente a outras ferramentas didáticas.

Como o livro didático tem um papel fundamental no processo ensino aprendizagem é de suma importância à qualidade, desde a sua fabricação até a sua escolha pelos professores nas escolas. Nesse caso, convém citar Soares (2002), ao

lembrar que até recentemente, o conteúdo do livro didático de Língua Portuguesa eram apenas os textos de autores clássicos. Eram atribuídos, assim, valor aos escritores e se esquecia do vínculo que deveria haver com as necessidades vivenciadas pelos alunos. Hoje, essa realidade vem mudando, mesmo que seja lentamente, uma vez que os livros já contêm uma diversidade de textos que abrangem os diferentes falares e as diferentes características regionais do nosso País (Brasil).

De maneira geral, os livros didáticos são ferramentas estruturadoras de ensino, mediando um vínculo entre alunos, docentes e conhecimento, introduzido no Brasil nos anos 60, tem o papel de discutir a variação Linguística como um conteúdo de ensino, do mesmo modo que, referem-se a outros temas tidos como importantes, buscando sempre uma linguagem mais acessível, com textos motivadores e de gêneros variados, propondo atividades interessantes para reflexão e compreensão.

2.3 PROCESSOS DE ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS

Uma das principais diferenças entre os seres humanos e outros animais é a nossa capacidade de reconhecer e utilizar a linguagem, diante disso se faz necessário compreender que tanto a escola, o livro didático e os professores que trabalham nela e utilizam essa ferramenta de ensino aprendizagem, devem empenhar-se em um conceito de que a língua é um fato social, que mantém a interação entre as pessoas, quer dizer, as linguagens foram estruturadas historicamente com condições de interações entre pessoas, com o processo de socialização, gerando uma interação social. Nesse sentido contextualizamos o conceito de socialização:

[...] a socialização não é própria apenas do ser humano, mas, nele, ela apresenta-se como natural, justifica-se como necessidade de sobrevivência e materializa-se na constante interação. Por meio de gestos corporais, de expressões verbais e visuais, conscientes e/ou inconscientes, todos contendo um lado afetivo, a projeção social típica do ser humano concretiza-se. Todas essas manifestações simbólicas produzem efeitos no outro e são reconhecidas como linguagem. (SEE, 2012, p.64).

Diante da utilização da linguagem, Abaurre e Pontara afirmam:

Reconhecer a linguagem como uma atividade humana significa dar a ela a devida dimensão na nossa relação com o mundo. Dentre todas as linguagens, é a língua natural – aquela que falamos – que nos dá identidade, permite nomeação do mundo a nossa volta, participa da criação de categorias mentais ao quais nos relacionamos com a

realidade em que estamos inseridos. (ABAURRE e PONTARA 2008, p. 56).

Desse modo, destaca-se a importância do livro didático, no ambiente escolar, pois é na escola que sua aprendizagem sistemática e formal será motivada. Lajolo (1996), menciona a importância da escola e seu conjunto de objetos envolvidos:

A escola é um lugar especial. Também especial é o material escolar, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades-fim da escola. Tudo aquilo que ajuda a aprendizagem que cumpre à escola patrocinar—computadores, livros, cadernos, vídeo, canetas, mapas, lápis de cor, televisão, giz e lousa, entre outras coisas - é material escolar. (LAJOLO, 1996, p. 03).

Entre esses tantos objetos citados acima, compreendemos, relevamos que são os livros didáticos que nos conduz para outras dimensões através das suas escritas, atividades, diferenças textuais, estruturas gramaticais, desenvolvendo-nos as habilidades de escrita e leitura, quer dizer, uma das ferramentas mais importantes para aprendizagem em todos os graus de ensino na educação brasileira.

Independente do livro didático ou da disciplina abordada, o que se constata é que o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte última (e às vezes, única) de referência. (SOUZA, 1999, p. 27).

Nesse quesito, o livro didático é de essencial importância para o desenvolvimento das pessoas que vivem em sociedade e para o avanço intelectual do indivíduo. É ele que, na maioria das vezes, concede ao ser humano catalogar fatos importantes da história e transferir depois tais situações às comunidades/sociedades posteriores; atuando como transmissor intermediário de conhecimento. Tais explicações acima, nos possibilitam dizer que, o material didático, não apenas nos proporciona disseminar o conhecimento de geração em geração, porém, de transmitir conhecimentos importantes e significativos a uma mesma geração, quer dizer, propiciar e facilitar que através desses exemplares o conhecimento seja oportunizado as pessoas que precisam.

Considerando essa atribuição de importância acima, citamos o entendimento de Lajolo (1996):

Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único

material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. (LAJOLO, 1996, p. 04).

Sendo assim, partimos do princípio de que o aluno antes de entrar na escola ele tem consigo um conhecimento, uma experiência já vivenciada, isto é, uma visão de mundo e a realidade em que vive. A partir desse momento, o professor continua executando o papel de mediador na organização do pensamento, com espaços de discussões, vivências, debates, reflexões, criações e experiência são de considerável desenvolvimento de aprendizagem, isto é, o estudo proporciona o desenvolvimento e conhecimento.

[...] é só a partir do conhecimento que já têm do mundo em que vivem, que os alunos poderão construir os conhecimentos nos quais livro didático e escola devem iniciá-los. Alunos, por exemplo, que acreditam que o leite azeda porque o saci cuspiu nele, dificilmente mudarão de opinião pela mera leitura de um texto que os informe sobre contaminação do leite como fruto da falta de higiene. No caso, é preciso partir do saci e chegar aos bacilos...e essa passagem só o professor pode fazer, e é o que ele precisa fazer de mais importante. (LAJOLO, 1996, p. 5).

Consequentemente, selecionamos as coleções dos livros pelo *contraste* e/ou *dissemelhança*¹⁵ que ambas as coletâneas apresentam, além da diversificação dos conteúdos, tais como: estrutura gramatical, atividades, papel desafiante de estabelecer hipóteses, confrontar ideias, analisar e comparar pontos de vista, e por fim, de expandir ou não o ensinamento da língua/linguagem e variação linguística considerada um aspecto artístico, estrutural e prático, algo que é parte integrante do homem, quer dizer, de revelar as diversidades e variações constitutivas que existem na língua. Assim como, pelos autores que escreveram as obras, que criam um mundo alternativo, que exploram as palavras, que lhes dão perspectivas e imaginações e também pela formação, abrindo caminhos de aprendizagem através de suas experiências, uma vez que, produzir linguagem é:

[...] trabalhar com valores, conceitos, noções e comportamentos que os justificam e que são comuns aos interlocutores ou do seu conhecimento. Isso é ideologia e torna possível que o que se diz seja

¹⁵Grau marcante de diferença ou oposição entre coisas da mesma natureza, suscetíveis de comparação, isto é, estado ou qualidade do que é dissemelhante (diferente).

compreensível para ambas as partes de interação. Essa plataforma ideológica resulta da prática social e obedece a condições históricas, conjunturais e culturais. Assim sendo, a produção de linguagem envolve a organização formal e ideológica do dizer de tal maneira que consigamos ser entendidos como queremos sê-lo. (SEE, 2012, p.64).

Deste modo, os livros são parte constituinte da vida do homem no decorrer da nossa formação, e que sem eles passamos despercebidos de muitos saberes que às vezes só eles dispõem. E, é com comprometimento, que os livros de Língua Portuguesa tendem a transmitir, ensinar sobre a linguagem, para que as pessoas que vivem em comunidade/sociedade saibam que ocorrem variações na fala dependendo do contexto que estamos participando, para que não ocorra em nenhuma hipótese o preconceito linguístico, ainda assim, podemos concluir com as palavras de Bagno (2007), em que “os principais problemas que encontramos nos livros didáticos de Língua Portuguesa é uma tendência de tratar a variação linguística, em modo geral, como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas”, em outras palavras, esse conceito abordado é menosprezar a fala do próprio povo brasileiro.

2.4 ABORDAGENS DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Estamos mencionando e dando ênfase ao livro didático, pois, ele é uma ferramenta própria e essencial, importante ao ensino aprendizagem, de modo que se introduz de modo harmonioso e equilibrado ao professor e aluno, dando o conhecimento de mundo em que vivem, ainda mais no País como o Brasil, como diz Lajolo (1996, p. 4), “onde uma precária situação educacional, faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina”.

Primeiramente, é preciso e necessário compreender que tanto os professores quanto as escolas, devem trabalhar a partir da pressuposição de que a língua é um fato social, um saber comum e coletivo, que existe em função da interação dos próprios indivíduos. Podemos dizer, que a começar pela antiga Grécia, existia a precaução de se fazer livros bons para a aprendizagem, quer dizer, naquela época em sua formatação, o livro era uma coletânea de fragmentos recolhidos de belos clássicos que necessitariam ser lidos em sala de aula. De forma que, a aprendizagem/ensino, em um passado não distante, era traçada nas técnicas de ensinamento do professor, sendo que o livro

cumpria um papel secundário, ou melhor, apoiando o professor em sala de aula nas escolas.

A escola tem a importância na constituição e formação humana. É nessa instituição que iniciamos nossa aprendizagem, de fato, uma segunda aprendizagem, pois a partir desse momento saímos das primeiras relações vivenciadas pela família. Inevitavelmente, se iniciam e constituem as trocas de conhecimentos pelos alunatos desconhecidos. Dizemos assim, que as escolas são entidades responsáveis e fundamentais para o desenvolvimento, conhecimento e educação dos alunos, e da comunidade em geral. É nelas que aprendemos uma diversidade de conhecimentos, entendimento, lucidez e competências. A partir desses fatores que as escolas desempenham um papel inicial, fundamental e insubstituível na consolidação de aprendizagem das comunidades/sociedades fundamentadas na igualdade e solidariedade.

Já os professores, são profissionais que tem a capacidade de ensinar, de instruir e transmitir conhecimentos adquiridos em sua formação para outras pessoas, de forma eficaz e competente. É através desses dois indicadores acima que, a educação escolar caracteriza-se na mediação didático-pedagógica que se estabelece e se coordena entre conhecimentos práticos e teóricos. Dessa forma, seus processos e conteúdos devem adequar-se tanto à situação específica da escola, ao desenvolvimento do aluno e aos diferentes saberes a que recorrem. Assim, a importância do livro didático como instrumento de reflexão dessa situação particular, tende-se atender à dupla exigência: por um lado, os procedimentos, as informações e os conceitos propostos nos manuais; do outro, os procedimentos, as informações e conceitos que devem ser apropriados à situação didático-pedagógica a que se destinam.

A seleção dos livros didáticos constitui uma tarefa importante para o ensino-aprendizagem nas escolas. Por isso, devemos levar em conta a seriedade dos critérios para a escolha dos conteúdos, principalmente para possibilitar aos professores a participação na escolha e avaliação dos livros didáticos. A participação dos professores é de suma importância, pois eles devem saber das qualidades e limitações dos livros didáticos, para que possam repensar as práticas pedagógicas conscientes de que o livro ainda apresenta conteúdos linguísticos e textos que apontam para realidades específicas e culturais de cada aluno, subsidiando-o para uma melhor aprendizagem da língua em qualquer situação de uso. Sabemos da importância do professor no momento de escolha do material didático, mas não podemos esquecer que na maioria das vezes, esses

materiais já estão pré-estabelecidos, não oferecendo ao professor outras possibilidades de escolhas. Questionamos também o fato de como livros que não contem diversidades linguísticas são aprovados nas triagens para o ensino na sala de aula? É a partir desse quesito que observamos que a falha não é apenas do professor em sala de aula, é mais do que isso, incide na sua fabricação, na aprovação pelos responsáveis, ou seja, uma política de escolhas que prejudicam o meio educacional.

A variação da língua ensinada nas escolas de todo o País (Brasil) é a *padrão*, sendo estimada como referencial e dominadora sobre as demais variedades existentes. Nesse contexto de âmbito escolar pode ser observado ao longo do tempo que a variedade que o aluno traz para a escola, na maioria das vezes, é desconsiderada e excluída, pois o ensino se pauta na tradição normativa de língua padrão, e o que percebemos é que esse tipo de variedade elege apenas, o que é certo e errado, não apresentando ao aluno que não há uniformidade mesmo entre os que falam uma mesma língua, ou seja, que as variações linguísticas ocorrem e sempre ocorrerão.

Porém, essas variações não deveriam ser consideradas um problema, mas sim, consideradas “uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico” (ALKMIM, 2001, p. 33).

Em consonância com o exposto acima, Neves (2010) relata que:

[...] toda língua de uma comunidade apresenta um padrão natural, uma forma em si aglutinadora da heterogeneidade, da multiplicidade, da variação linguística naquele estado de língua. [...] e por via do caráter social da língua, a relação com a norma culta se encaminha para uma constante busca de qualificação, elevação e prestígio. (NEVES, 2010, p. 33-34).

No entanto é preciso evidenciar aqui que há uma diversidade que constrói as variações linguísticas e que elas podem ser decorrentes de aspecto social, cultural e geográfico, sendo importante sempre pontuar para os estudantes, que esse modo de falar diferente não acabe se tornando um preconceito linguístico.

A fundamentação desta pesquisa parte da afirmativa elaborada por Alkmim (2001, p. 37), “*aprende-se a falar na convivência. Mais do que isso, aprendemos quando devemos falar de um certo modo e quando devemos falar de outro*”. Os indivíduos que integram uma comunidade precisam saber quando devem mudar de uma variedade para outra.

Então, desconsiderar a variedade linguística que o aluno possui, é de certo modo, uma forma de realçar e fortalecer o preconceito linguístico, pois o aluno se vê obrigado

a substituir a variedade com a qual ele se comunica socialmente por uma variedade tradicionalmente manifestada pela elite, que foge do seu convívio social, pois o que deveria ser acrescentado como ensino de uma nova variedade acaba por anular a variedade que o aluno possui, ou seja, o aluno não aprende as diversidades que podem encontrar na língua, apenas aprende que o seu jeito de falar é errado.

Bagno (2002) afirma que ao invés das escolas terem como finalidade:

[...] ensinar português, elas, de maneira obsessiva, se ocupam em ensinar uma nomenclatura tradicional. Desta forma, “em vez de ensinar/estudar um universo enorme e rico, que é a língua portuguesa, a escola se dedica quase exclusivamente a ensinar um pedacinho ínfimo e miserável desse universo” (BAGNO, 2002, p. 50).

Defendemos e alimentamos a ideia de que as aulas de ensino de Língua Portuguesa devem oportunizar de forma igualitária, em termos de conteúdos e conhecimentos, uma aprendizagem harmônica com os princípios sociolinguísticos.

Sobre esse aspecto Bortoni-Ricardo (2005) alerta para o fato de que:

No Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional. A ciência linguística vem, timidamente, apontando estratégias que visam aumentar a produtividade da educação e preservar os direitos do educando. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 19).

Para atuar em um mundo repleto de linguagens, o leitor precisa saber relacionar-se com as múltiplas formas textuais que fazem parte de seu cotidiano, pois, a linguagem está presente em cada uma de nossas atividades, sejam elas individuais ou coletivas. “Elas se cruzam, se completam e se modificam constantemente, sempre acompanhando as transformações do ser humano em suas formas de organização social”. Cereja; Magalhães, (2005) *Apud* Silva, (2010, p. 30).

Assim, o livro didático tem fundamental importância no exercício de capacitação e desenvolvimento de indivíduos para atuar na sociedade de forma consciente, confiante e crítica. O livro didático visa levar os alunos a perceberem e compreenderem o uso da língua padrão e as suas particularidades existentes na forma oral e escrita, mas, nem sempre acabam desenvolvendo e contribuindo com os alunos essas importantes implicações.

Bagno (2007) expõe um dos principais problemas encontrados nos livros didáticos:

Um dos principais problemas encontrados nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência à suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais ‘correto’, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007, p. 15).

Concordamos com Coan e Freitag (2010, p. 01) ao afirmarem que, “apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, às implicações decorrentes da correlação entre heterogeneidade linguística e ensino de Língua Portuguesa estão ainda longe de se esgotar”. A escola precisa ter ciência de que, conforme ressaltam Coan e Freitag (2010, p. 04), “quando se diz que a Sociolinguística é o estudo da língua em seu contexto social, isso não deve ser mal interpretado”, pois não se trata de impor a diversidade linguística no ambiente escolar, mas procurarmos entender o “uso da língua, no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística”, sobre o sujeito que carrega todo o multilinguismo e sobre como ocorre às relações entre a língua e seu funcionamento, pois, a disciplina Sociolinguística defende que a língua e as variações são inseparáveis, isto é, as variações linguísticas são construtivas da própria língua.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), “a variação faz parte da natureza da linguagem e, é resultado da diversidade de grupos sociais e da relação que esses grupos mantêm com as normas linguísticas”, ou seja, existe a heterogeneidade, que suscita em diferenças, ainda mais, incorporado no gigantesco e diversificado País como o Brasil, é um fato essencial, natural e inevitável, desconsiderado na maioria das vezes pelas escolas, professores e pelo próprio livro didático.

Entendemos que, reconhecendo a variação como característica imanente a toda e a qualquer língua, a escola não pode se eximir, isentar de mostrar ao aluno o que são, por que ocorrem e como ocorrem as variações de uma língua.

Tarallo (1985, p. 08) define variação linguística como “duas ou mais formas de dizermos a mesma coisa em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade”. É evidente que fatores de diversidade linguística não ficam restritos apenas ao tempo e ao espaço, por isso destacamos a afirmação de Monteiro (2000) *apud* Belini e Souza (2013, p. 06) de que a heterogeneidade se explica também pelo condicionamento linguístico da sociedade, pelo condicionamento social da língua, e, não poderia deixar de ser, pela função social que a língua exerce.

É importante que os professores, as escolas e os livros didáticos reconheçam a existência das variedades linguísticas no ensino da Língua Portuguesa e revelem ao

aluno a necessidade desse reconhecimento, tendo em vista que um mesmo indivíduo pode se apropriar de diferentes alternativas de usos da língua, dependendo da situação, de quem é seu interlocutor e de suas intenções. É através do assunto/argumento que a língua (gem) se torna primordial, pois tem por consequência uma prática sócio-histórica e ideológica; um modo de vida social, constituído pela comunicação.

É necessário trazer um debate mais amplo e apropriado sobre as variações ocorrentes na língua, com base nos fatores geográficos, históricos, sociais, etários, profissionais, grau de escolarização, etc. Também precisamos expressar uma preocupação com o ensino, cujas prioridades deverão ser as práticas de leitura e escrita, alicerçadas no funcionamento da língua, ou seja, o caráter heterogêneo da língua precisa ser incorporado às aulas de Língua Portuguesa, o que justifica a relevância de análises sociolinguísticas de livros didáticos.

Nessa perspectiva, Beline e Souza (2013), argumentam que:

A impressão que temos é a de que em se tratando da incorporação das pesquisas e teorias linguísticas ao âmbito escolar, ao ensino de Língua Portuguesa e ao livro didático, ainda devemos enfrentar um longo percurso, cujas mudanças, muitas vezes, apenas ensaiaram aparecer. Entretanto, apesar de não estarmos em uma situação satisfatória de ensino da Língua Portuguesa, percebemos, por parte dos autores, a tentativa de adequar o livro aos princípios da heterogeneidade linguística, evitando empregar palavras como *correto* e *errado*, ao tratar dos usos linguísticos por parte dos falantes brasileiros. (BELINE E SOUZA, 2013, p. 228)

Ressaltamos, porém, que para haver de fato mudanças nos modelos atuais do ensino de Língua Portuguesa, é preciso que o educador, como um dos principais instrumentos desse processo, busque conhecimento sobre as novas concepções de língua e procure analisar e selecionar criticamente os livros didáticos. Também destacamos que, sem uma boa formação ou conhecimento por parte do professor, qualquer livro didático, por mais bem elaborado que tenha sido não vai influenciar nesse processo de ensino/aprendizagem, ou seja, o livro didático não pode constituir-se em única fonte de consulta e pesquisa na sala de aula, há necessidade de buscar novas fontes para tornar as aulas mais significativas e alicerçadas.

É importante realçarmos momentos de reflexão sobre a língua e o seu real funcionamento, considerando que as variedades linguísticas devem integrar-se verdadeiramente o programa de ensino de Língua Portuguesa, inserida na proposta de ensino/aprendizagem e no próprio livro didático, como destaca Dionísio (2005):

Mencionar a existência de variedades linguísticas não é sinônimo de respeitá-las; é necessário que estigmas sejam desfeitos, preconceitos sejam quebrados e que analisemos os enfoques dados ao tema e à concepção de ensino que cada livro traz consigo. (DIONÍSIO, 2005, p. 82).

É relevante salientar e mostrar o uso de outras variedades de fala funcionando em nosso País. Diante disso as pessoas que falam outras variedades, diferentemente da norma padrão, não deveriam ser marginalizadas, atacadas e implicadas por tal uso. Segundo Ramos, (2011):

[...] porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de *preconceito linguístico*. Muita gente diz o que deve e o que não deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para as normas cultas como padrão de correção de todas as formas linguísticas. (RAMOS, 2011, p. 15).

A depreciação da fala do aluno provoca diferenças e conflitos entre grupos etários e étnicos e, sobretudo, entre classes sociais, concebendo o preconceito. O alvo desta depreciação da variedade linguística se deve, entre outras causas, ao fato de que o professor valoriza a gramática normativa e a norma culta, não levando em consideração as variações que existem dentro da língua e não sabendo, principalmente administrá-las em sala de aula. Por isso, a gramática tem sido o objeto de ensino do Português e não a própria ‘língua’. Ensinar a língua é levar os alunos – falantes nativos – a dominar a sua língua na modalidade de fala e escrita. Verceze (2005) enaltece a necessidade de se adequar fala e escrita nas produções escritas dos alunos:

O ensino de língua deve iniciar no conhecimento intuitivo dos mecanismos da língua, ao mesmo tempo em que será usado para o domínio consciente de uma língua que os alunos já têm interiorizado [...] quero dizer que os professores devem estar sempre atentos aos resultados progressivos dos alunos nas suas produções escritas e que podem despertar neles reflexões sobre o uso da própria língua, mostrando-lhes que para cada situação de fala, a linguagem pode ser adequada às exigências sociais. Aos poucos, eles podem conhecer melhor a língua falada nativa e com isso saber discernir os vários usos da língua, e caminhar para a interiorização das estruturas da língua escrita. (VERCEZE, 2005, p. 12).

Em Bagno (1999, p. 43), é possível entender que “como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala de característica de certas regiões”. Entretanto, esse autor destaca que não há línguas feias/pobres/erradas, todas as línguas e variações de línguas refletem uma história, uma

cultura e toda uma heterogeneidade de determinado grupo de falantes. Dentre esse fator, o autor declara:

Não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor” “mais pura”, “mais bonita” “mais correta” que outra. Toda variedade linguística atende as necessidades da comunidade de seres humanos que as empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades. (BAGNO, 1999, p. 47).

Defendemos as palavras escritas por Marcuschi (2008, p. 22), “que um aspecto central do estudo da fala é a variação”. Noções como “variante”, “padrão”, “norma”, “dialeto”, “sotaque”, “registro”, “gíria”, “estilo” podem tornar-se centrais no ensino de língua e ajudar a formar a consciência de que a língua não é homogênea e nem monolítica.

Portanto, devemos nos conscientizar de que a língua não é homogênea e de que o normal está exatamente na heterogeneidade, mencionando que a variação torna o indivíduo capaz de compreender a sua relação linguística com o mundo e que, ao estudarmos a variedade padrão e não padrão possamos superar as necessidades inerentes à comunicação e perceber a dependência positiva estabelecida entre ambas.

2.5 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA

A escola é uma entidade de ensino formada para aprendizagem de alunos conforme a direção regida por professores. Os níveis ofertados nas escolas, normalmente são o Ensino Fundamental e Médio. Atualmente, as escolas subdividem em públicas e privadas. A primeira está atribuída sob o Estado e são gratuitas, à medida que a segunda são conduzidas por empresas e/ou particulares, que são cobradas pelas atividades educativas fornecidas.

O professor é quem transmite conhecimentos necessários para vida social e cultural de um determinado aluno. Sabemos que para a realização dessa profissão, demanda qualificações acadêmicas a fim de disseminar a disciplina da melhor forma aos alunos. Desse modo, defendemos essa profissão, como uma das mais importantes, haja vista, na maioria das vezes, que outras profissões para existirem dependem do professor, não que ela seja a melhor, mas de um determinado tempo, importante, pois ocasiona a aprendizagem, a educação, etc.

As funcionalidades e responsabilidades dos professores foram modificadas nos últimos tempos, dessa forma, com as transformações, indagamos qual a função do professor no processo ensino-aprendizagem na atualidade em que vivemos? Para responder essa indagação é importante que compreendamos que o professor de hoje não é apenas um mero transmissor de conhecimento das disciplinas, mais do que isso, ele é um desenvolvedor/facilitador do aprendizado dos alunos. Assim refletimos, que bom seria, se o mundo ideal que imaginássemos na educação fosse de uma tecnologia embasada em todas as escolas e em todos os lugares, de alunos preestabelecidos com o ímpeto de sala ideal, mas sabemos que não é assim, vivemos em uma comunidade/sociedade rápida, conectada as tecnologias que se desenvolvem no mundo em que vivemos, na qual, modificações acontecem de forma acelerada. Especificamente, essa velocidade que eleva essa metamorfose coincide com o mundo da educação, onde os professores a todo o momento precisam processar essas mudanças, refletindo outras maneiras para acompanhar esse universo do saber. Consequentemente mostramos a importância do professor, e que a função dele não é apenas ser o transmissor de conhecimento, mas sim, de pai, amigo, confidente, transformador de vidas no meio social. Por esse motivo, o educador tem que saber que seu papel é cada vez mais importante no contexto educacional, correlacionando a sala de aula de hoje, a escola atual, com pessoas com as mais variabilidades história de vida, conhecimentos, projeções e objetivos próprios. Compete ao educador, profissionais que enfrentam o dia-a-dia aprimorando os conhecimentos, educando e intensificando sonhos, no objetivo de fazer com que os alunos tornem melhores do que quando adentraram a escola, desse modo, precisamos instruí-los de forma a estimular os seus potenciais, incentivando suas curiosidades, principalmente em um ambiente que gere respeito, aceitação e interação, competindo à troca do conhecimento para toda vida.

Referenciamos os expostos acima, por entender que eles são os meios mais importantes para uma mudança na educação, para uma construção de aprendizagem, quer dizer, a escola é a entidade de ensino, um espaço de socialização entre as crianças e/ou adolescentes. Esse local proporciona aos estudantes atuar em delineamentos e opções que irá cooperar com seu desenvolvimento social, cultural, intelectual e profissional, como um sujeito capaz de pensar e agir.

2.6 LIVRO DIDÁTICO: APENAS UM PROJETO DE VISUALIDADE E DESIGN?

No primeiro momento, sabemos que o Governo brasileiro gasta/investe milhões de reais todos os anos na produção e distribuição de livros didáticos, isto posto, motiva e ocasiona a concorrência/competição entre as editoras. E mais uma vez, lembramos que são as escolas que estão no meio nesse rentável mercado, desse modo, insere-se a preocupação com a qualificação do material didático.

Através dessa observação, constatamos que o livro didático não é a única ferramenta de ensino-aprendizagem em sala de aula, mas que, é compreendido e assimilado por uma grande maioria de autores e estudiosos da linguagem como o melhor instrumento didático presentes nas escolas, dado que, é um grande propagador de conhecimentos e informações apto a padronizar diferenças classes e culturas.

No momento em que iniciou a elaboração do livro didático, a capa tinha simplesmente a finalidade de proteger as folhas, o “miolo” do livro, e não de mencionar, revelando seu conteúdo para viabilizar as vendas, o que de fato acontece hoje com o livro moderno. Dessa forma, podemos dizer e afirmar que a capa é um discurso do convencimento, e que foi a partir das ideias impostas pelo escritor Monteiro Lobato que a capa criou tamanha importância na década de 1920, assim, a capa formou um artigo de cativação ao leitor. Afirmamos essa ideia, segundo as palavras de Sehn (2012, p. 03), sendo que as “editoras passaram a se preocupar mais com o Layout de seus livros, percebendo-se em algumas delas, uma interação maior da capa com o miolo, produzindo soluções atrativas e baratas”.

A vista disso, os livros didáticos de Língua Portuguesa, e outros em um contexto geral, estão presentes há muito tempo no dia-a-dia de alunos, professores e outras pessoas que recorrem dessa importante ferramenta. Foi nos meados dos anos 60, que o livro, na maioria das vezes, era fabricado dentro de um padrão visual, através das indústrias livreiras, isso de certo modo, paralisou a venda dos materiais, pois, havia naquele momento uma expansão de outros meios visuais que chamavam mais à atenção das pessoas. Deste modo, sua venda foi tornando-se difícil no mercado brasileiro. Apenas nos anos 70 que a importância/interesse cresceu, depois de ter sido, quase que deixado de lado/esquecido. Segundo Choppin, (2004):

[...] os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países, e seria pouco realista pretender traçar um estado da arte exaustivo sobre o que foi feito e escrito e, mais ainda, do que se pesquisa e se escreve atualmente pelo mundo. (CHOPPIN, 2004, p. 549).

Enfatizamos aqui o interesse a esses materiais, segundo as palavras de Choppin, pois, os livros, falando-se em didáticos, exercem funções significativas nas escolas, proporcionando um ambiente favorável à aprendizagem, com a valorização do desenvolvimento intelectual, ocasionando uma preparação para a vida, escolar e por que não pessoal. Ressaltamos a importância das funções exercidas nas escolas, segundo Choppin, (2004):

Função Referencial: chamada de curricular e/ou programática, constituindo suporte aos conteúdos educativos, conhecimentos, técnicas e habilidades as novas gerações;

Instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagens, propondo exercícios que facilitem a memorização dos conhecimentos, favorecendo a aquisição de competências disciplinares;

Função Ideológica e cultural: função mais antiga, sendo um vetor essencial da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes, isto é, instrumento privilegiado de construção e identidade;

Função Documental: acreditando-se que o livro didático pode fornecer, um conjunto de textos, textuais e/ou icônicos cuja confrontação ou observação podem desenvolver o espírito crítico da criança/aluno. (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Viabilizamos ainda, que num passado recente, as capas dos livros por serem estilizadas de forma simples, foram perdendo espaço no quesito de vendas, pelas novas tendências que estavam se constituindo naquela dada época. Dessa forma, as editoras, vendo a perda no mercado livreiro, programaram uma reforma/transformação nos materiais didáticos, principalmente no que se diz respeito ao design de suas capas. As capas, além da função de proteger o livro e identificá-lo ao leitor, incidem em cada vez mais exercer a função de convencer o público alvo (leitor). Referente às capas, Carvalho (2008) diz:

A capa de livro constitui um formato com características muito particulares no contexto do design gráfico, uma vez que reúne em si um conjunto diversificado de funções. Surge como um mecanismo fundamentalmente prático, com o fim de proteger o miolo do livro, e que rapidamente ao longo da história acumula outros propósitos. A

inclusão do título da obra e nome do autor permitiram que adquirisse também um papel informativo, ao passo que a decoração do espaço disponível passou a constituir uma forma de identificação e distinção do livro. Enquanto face visível do livro, a capa assume um papel privilegiado na comunicação com o público e, conseqüentemente, constitui um veículo privilegiado de promoção comercial. Comparativamente a outros formatos que lhe são próximos, como a capa de jornal ou de revista, a capa de livro tem uma maior longevidade e presença, fazendo com que muitas se tornem símbolos marcantes, associadas a um texto e a um período histórico. (CARVALHO, 2008, p. 13)

Dessa maneira, foi considerado, mudar a capa, para atrair novos leitores, depois desses remodelamentos na década de 70 e 80 respectivamente, os livros didáticos assumiram um papel significativo e, muitas vezes único, no sistema educacional brasileiro. O que fez essa ferramenta se tornar importante, no início, foi o desprestígio do ensino, principalmente o público e a falta de competência profissional dos professores e órgãos escolares. Hoje, mesmo com os avanços das tecnologias, redes de aperfeiçoamento dos profissionais da educação, entre tantas outras formas de se ensinar, o livro, tornou-se um instrumento de ensino-aprendizagem indispensável.

Exemplificamos que, ao compramos um livro, ou apenas escolhermos para uma breve leitura em uma biblioteca, nossa primeira impressão, o primeiro contato de quem vai aderir a esse material, é a de suas capas, independentemente do conteúdo que está dentro, a primeira provocação que nos é feito, como leitor, são os tons decorativos de suas capas. Podemos assim dizer, que são sensações não conscientes, mas que, guiam as ações humanas, isto é, guiam-nos para a possibilidade de escolha. Quando falamos de livro, seja ele de Língua Portuguesa, Literatura, entre tantos outros que existem, a capa é o primeiro contato que o leitor terá com a obra. O que ele vê primeiro incentiva-o ou não a abrir e, efetivamente, utilizar e ler o livro.

A capa tem se mostrado importante, quer dizer, tem o papel de transmitir o entendimento do livro, exibindo parte de seu princípio e fomentando o leitor a descobrir os mistérios contidos por detrás de sua capa. Conseqüentemente, a capa do livro didático, faz parte da sedução, quer dizer, é a arte de induzir pela arte, é uma beleza estética unida a todo o trabalho escrito. Podemos dizer que as capas são propagandas e/ou convite a conhecer e ler o livro, em parecer, deveria se confrontar rigorosamente com o seu conteúdo, que na maioria das vezes não ocorrem, quer dizer, aspectos importantes como relação à temática e as ideias pré-estabelecidas.

O que estamos querendo dizer é que as capas dos livros didáticos são importantes no requisito de estética, mas que, não devem ser levadas em consideração no momento de sua escolha na escola para serem usadas em sala de aula. Enfatizamos aqui novamente, é puramente uma beleza externa, que existem e chamam a atenção do leitor, mas que não pode definir um princípio de escolha para um aprendizado dos alunos. De modo geral, o livro didático nas escolas, muitas vezes, é escolhido pela rede escolar, apenas, pelo tom decorativo de suas capas, meramente, em um processo de visualidade e design.

Ainda assim, nos perguntamos qual o poder de convencer o leitor, através da capa? Certamente não poderíamos responder claramente, mas, evidenciamos que através de tanta concorrência no mercado, com tantas evoluções e opções possíveis na hora da aquisição do livro, as capas constituem sim, um fator determinante de se obter o produto, isto é, se esbanja a beleza do design e complexidade estabelecida na capa, correspondendo a um diferencial na hora de seu consumo, como dito antes, se torna mais difícil um objeto ter destaque a tantas infinitas possibilidades.

Abaixo mencionamos, segundo as Orientações para Registro da Escolha do PNLD, para uma melhor seleção e para um ensino com adesão formalizada:

Conferir todos os títulos aprovados;
Verificar informações e critérios para subsidiar a escolha;
Obter modelo de ata para subsidiar a escolha. (FNDE)

Ao final de cada procedimento de avaliação dos livros didáticos é elaborado o Guia do Livro Didático, no qual são expostos os princípios, critérios, resenhas das obras aprovadas e as fichas que norteiam a avaliação dos livros. Os livros didáticos que não atendem as medidas de cada disciplina são exclusivos. Consequentemente, os livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação precisam e necessitam incluir em suas capas o selo do PNLD, tendo em vista, uma maneira de evitar falsificação no mercado editorial.

Quer dizer, no processo de escolha dos livros didáticos, deve ser segura à participação efetiva dos professores e gestão escolar, promovendo discussão aprofundada para que a triagem dos livros didáticos seja criteriosa e embasada nas concepções do PCNs e PPP, efetuando o diálogo entre livro e estudante, isto é, que a língua, o vocabulário e a construção que se fazem necessárias sejam compatíveis com a série em questão e com o nível cultural e social do aluno. Como dizem o Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

[...] a escolha deve ser democrática e participativa, resultando na seleção de livros compatíveis com a realidade de cada comunidade escolar. A decisão sobre a escolha deve ser documentada na Ata da Escolha de Livros Didáticos e assinada pelos participantes. A ata poderá ser digitalizada e anexada no sistema de escolha. Após o registro da escolha no PDDE Interativo, recomendamos a impressão do Comprovante de Escolha e sua posterior divulgação à comunidade escolar, junto à Ata da reunião de Escolha. A publicação desses documentos garante a transparência de todo o processo. Os documentos da escolha devem ser arquivados para eventuais consultas por qualquer cidadão, pelo FNDE ou pelos órgãos de controle. (FNDE).

Viabilizamos assim, que a editoração dos livros didáticos deve estar de acordo com as determinações necessárias exigidas pelo Governo Federal, quando não, os materiais didáticos são descartados/excluído do Programa PNLD. Nessa perspectiva, com tantos processos presentes para a elaboração e triagem de livros, enfim, ele chega às escolas para as devidas escolhas, o mais correto e coeso possível para permitir o conhecimento ao aluno.

Entre tantos processos existentes acerca dos livros didáticos, o mesmo, em seu processamento de escolha nas escolas, é submetido à compra pelo Governo para com as editoras. Haja vista, que há um grande gasto, perdura os trâmites para que Governo e editora pleiteie para defender os interesses próprios para a produção e distribuição, colocando ao máximo o material em consumo/gasto reduzido.

Quer dizer, a escolha PNLD 2017 postula uma triagem com aliados, isto é, onde toda escolha seja um exercício constituído pela comunidade escolar, em que, inclui todos os professores e representantes diretivos na seleção das obras didáticas.

É fundamental e indispensável que a escola ao coordenar reuniões para análises e ponderações para aderir um livro didático e/ou uma coleção completa estipulada pelo Guia do livro didático, disponha a inteligibilidade e transparência para que o mecanismo pedagógico atenda as primordialidades específicas, culturais e sociais as quais estará posto nos próximos três anos no contexto escolar. Dessa forma, recordamos e aconselhamos que os conhecimentos conexos a uma cultura próxima do professor precisam encontrar-se isentos no momento da escolha, quer dizer, é cabível uma visão detalhada e criteriosa ao contexto sociocultural do aluno, a quem de fato, é a principal justificativa para as burocráticas escolhas.

Por isso, elucidamos a importância do PNLD, assim como outros programas que buscam fazer as mudanças de maneira eficaz e assertiva no cenário da educação

brasileira. Sendo assim, presenciamos com os programas voltados para o ensino nos livros didáticos, cada vez mais, a proposta de abordagens teóricas e metodológicas inovadoras e com qualidade, que visam apresentar ao professor delineamentos e possibilidades diferenciadas do trabalho pedagógico.

Portanto, o exemplo a ser tomado é promover uma discussão exposta para que a seleção dos livros seja feita de formato democrático e baseado nos princípios desenvolvidos e definidos pelo Projeto Político Pedagógico (*PPP*), sendo como um indicador de caminhos para um ensino ponderável e de qualidade. Para a triagem dos livros aprovados na avaliação pedagógica, é considerável o conhecimento do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), quer dizer, que é tarefa de professores e de toda equipe pedagógica analisar para escolher com responsabilidade os livros a serem utilizados. O livro didático deve ser propício ao projeto político-pedagógico da escola, aluno, professor e a realidade sociocultural dos alunos, quer dizer, não podemos ser “submissos” a escolha do livro didático acordado e convencionado ao simples fato de capas chamativas, o que buscamos é uma escolha segura para uma aprendizagem de consolidação e qualificada.

SEÇÃO III

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção expõe o *corpus* investigado e os processos metodológicos designados para a efetivação desse trabalho. Dizemos assim, que para a análise, está sendo explanada a questão da Variação Linguística nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio, de outro modo, selecionamos Livros didáticos sancionados pelo Programa Nacional do livro didático, em um total de 06 livros, disposto em 02 coleções, ambos equivalentes a três séries do Ensino Médio.

Podemos dizer que para a realização dessa pesquisa, em sua parte de execução, cumprimos preliminarmente algumas etapas em conformidade com o exposto abaixo, nos atribuindo assim, mais eficácia para a realização do trabalho:

- Selecionamos o nível escolar a ser observado para a pesquisa;
- Definimos quais as coleções de livros didáticos escolares a serem investigados/explorados;
- Refletimos/indagamos os livros didáticos, com base no objetivo geral e específicos traçados, a fim de trazer as melhores especificações possíveis;
- Apresentamos os recortes dos livros didáticos;
- Analisamos os recortes para compreender as indagações feitas na pesquisa a respeito das variações linguísticas.

Dessa forma, reproduzimos Labov, (1972/2008¹⁶), em que diz: “a heterogeneidade da língua apresenta-se como um caos”. O autor quer dizer que, enquanto observadores, podemos visualizar que elementos, tanto, interno e externo à língua, influenciam a fala das pessoas.

Em virtude disso, a intenção desta pesquisa é mencionar/expor a descrição da metodologia utilizada para a realização desse trabalho. Desde a escolha do tema abordado, a pesquisa descritiva, qualitativa, a escolha dos livros didáticos, a descrição do *corpus* e o método utilizado.

Sendo que, o estímulo para a escolha da temática desta pesquisa deu-se em razão das inquietações que permeiam a ação dos professores de Língua Portuguesa, que atuam no Ensino Médio nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, com a preocupação da aprendizagem dos alunos referente ao termo da Variação e Mudança, pois evidenciamos

¹⁶ A indicação de páginas se faz pela tradução brasileira de 2008, Bagno, Scherre e Cardoso.

quando não há aprendizagem que envolve o ensino da variação na língua, de certo modo acaba complementando prejulgamentos acerca da fala de outras pessoas, isto é, quando conhecemos os modos diferentes de falar, podemos ajustar de acordo com o contexto, trabalhos pedagógicos visando ampliar a competência comunicativa dos alunos, preparando-os a usar outras variantes de maior ou menor prestígio, na fala e na escrita quando essa precisa ser monitorada.

3.2 A PESQUISA

Para analisar como os livros didáticos de língua portuguesa lidam com a variação linguística, optamos por um trabalho descritivo, de caráter qualitativo, quer dizer, que descreve suas características e qualidades e/ou deficiências/irregularidade. Segundo Barros e Lehfeld (1990, p. 34) “a pesquisa descritiva é definida como descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados”.

Ilustramos também a ideia de Oliveira (2011, p. 24), “em que a pesquisa qualitativa é entendida, por alguns autores, como uma expressão genérica. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas”. Segundo TRIVIÑOS (1987) *apud* OLIVEIRA (2011, p. 24), o tratamento de cunho qualitativo opera as informações buscando:

[...] seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Dessa forma, a utilização da representação qualitativa busca captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. (TRIVIÑOS (1987) *apud* OLIVEIRA (2011, p. 24).

De outro modo, diz Goldenberg (2004, p. 14), “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória” etc., isto é, com a importância de uma explicação séria e composta por relatos recortados de um dado material, sem apontar apuramento de cálculo. Dessa forma, para que essa pesquisa tenha relevância, citamos Asti Vera (1979), que argumenta e defende a ideia de que “o motivo para um estudo é o problema, sendo que, sem ele não há razão para se realizar uma pesquisa”.

Consequentemente, os livros didáticos foram analisados/avaliados por meio de suas capas, de seus textos, de sua linguagem, de suas atividades, tendo em vista análises

através da investigação de cada parte do livro didático na expectativa de descrever suas virtudes ou não, conduzindo dessa forma, sobre a Variação Linguística, sua existência, importância e necessidade de ser conhecida e compreendida. Assim, foram considerados os Livros Didáticos de Língua Portuguesa, como objeto deste estudo, o *corpus* desta pesquisa. À vista disso, selecionamos critérios para análise dos livros didáticos: os livros didáticos devem ser utilizados no Ensino Médio de escola pública e/ou privada, uma vez que, eles desempenham várias funções no processo de ensino aprendizagem, especialmente no que se diz respeito às línguas.

Para análise deste estudo foram selecionadas duas coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa, escritos por autores diferentes e ambos de nível médio, como seguem: a) **coleção 1**, Língua Portuguesa, elaborado por HERNANDES, Roberta, MARTIN, Vima Lia, pela editora Positivo, 1º edição, Curitiba, 2013, para alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio; e b) **coleção 2**, o livro Língua Portuguesa: linguagem e interação, elaborado por FARACO, Carlos Emilio, MOURA, Francisco Marto de, JUNIOR, José Hamilton Maruxo, pela editora Ática, 1ª impressão, 2ª edição, São Paulo, 2014, do mesmo modo, para alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.

3.2.1 Livro Didático - Língua Portuguesa

O primeiro livro Língua Portuguesa é dividido em 06 unidades, contendo 24 capítulos. Numa análise preliminar consideramos como uma importante ferramenta de ensino-aprendizagem ao meio educacional, fazendo com que o aluno seja desafiado, participativo, analista e conhecedor da linguagem, considerada parte integrante e indispensável de nossas vidas, como diz no livro em sua apresentação ao aluno, este livro irá acompanhá-lo em muitos momentos, por isso, ao escrevê-lo buscamos usar uma linguagem acessível, escolher textos motivadores e de gêneros variados (por vezes apresentados em diálogo com obras de artes plásticas, fotografias) e propor atividades interessantes para que você (aluno) possa refletir sobre o Português - a língua que fala e com a qual escreve - e também com as literaturas que são escritas nessa língua.

Julgamos, ainda, um livro com atividades diversas que fornece sentidos aos alunos com as produções de textos, gramática e a literatura, isto é, essa coleção tem o objetivo de fornecer subsídios para a melhor compreensão dos mais variados textos, pois acreditamos que a leitura é capaz de realizar mudanças notáveis, transformando as

peessoas em sujeitos mais sensíveis, éticos, criativos e também conscientes da diversidade da língua portuguesa.

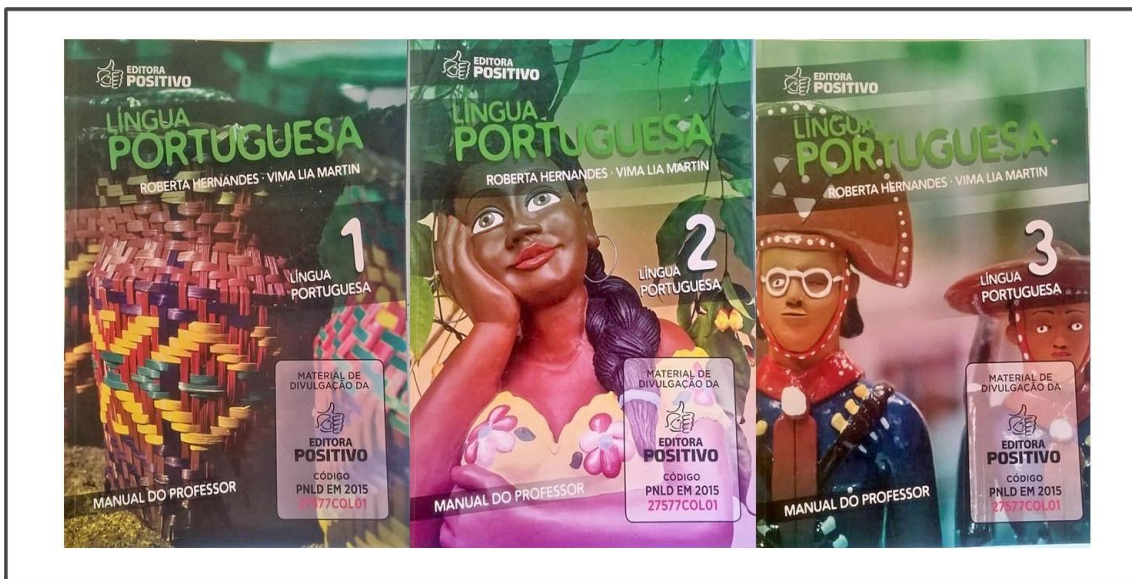
A coleção apresentada é um componente curricular da Língua portuguesa que foi escrito para atender alunos especificamente do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. As autoras enfatizam a importância da linguagem e da coleção apresentada, apenas o livro didático do 1º ano apresenta no capítulo 11 uma abordagem sobre a linguagem e variação linguística, ou melhor, definem as variedades linguísticas, a competência comunicativa, a norma-padrão e as normas urbanas de prestígio, referenciam os linguistas e gramáticos, caracterizam a gíria como uma forma de construção da identidade linguística e evidenciam o preconceito linguístico impregnadas na nossa sociedade.

Dessa maneira, consideramos que o livro do 1º ano do Ensino Médio desenvolve algumas habilidades de leitura e escrita, promovendo variadas situações discursivas para uma melhor aprendizagem do aluno, visto que, utilizam as estruturas linguísticas adequadas a cada contexto específico, e salientam a importância das variedades da língua. É válido mencionar a importância das autoras do livro didático e a função que cada uma exerce para ensinar a Língua Portuguesa, são elas: Roberta Hernandez Alves é licenciada, Bacharel e Mestre em Letras. Doutora em Letras (Área de concentração em Literatura Brasileira) pela Universidade de São Paulo. Há quinze anos é professora de Língua Portuguesa em escolas das redes pública e particular da cidade de São Paulo. Atualmente é professora de Literatura e Coordenadora de Língua Portuguesa na rede particular de ensino.

Vima Lia Martin é Bacharel e mestre em Letras. Doutora em Letras (Área de concentração em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo. Por dez anos, foi professora de Língua Portuguesa na Educação Básica. Atualmente, é professora do Curso de letras da USP.

A seguir, apresentamos as capas dos livros da coleção de Língua Portuguesa:

Figura 1 – Capas dos Livros didáticos de Língua Portuguesa.



Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2013.

Notamos a importância do material e através de suas capas podemos inferir algumas questões que se tornam importantes ao leitor por meio visual. Observamos através da visualização das capas, questões regionais que se fazem presentes, pois vemos nas capas da coleção, as roupas, os personagens, todo um design colaborando para o regionalismo, quer dizer, através desse exposto os autores utilizam de mecanismos gráficos para atentar-se a questões que estão postas dentro dos livros didáticos.

3.2.2 Livro Didático - Língua Portuguesa: Linguagem e Interação

A segunda coleção de livro didático é intitulada Língua Portuguesa: linguagem e interação, e é dividido em 04 unidades, contendo 12 capítulos. As propostas são tomadas com as linguagens, textos e literatura. Em sua apresentação, o livro condiz, primeiramente, com a leitura de alguns textos, a fim de desenvolver estratégias de leitura, necessária quando é preciso compreender determinados gêneros (s) ou tipo (s) de texto, em seguida, estudará as características desses tipos de texto para entender como se organizam, para que servem em que situações de comunicação costumam ser utilizados. Depois, conhecerá obras literárias que tem relações com os textos estudados, para ajudar o aluno a compreender essas obras literárias. Também há propostas com a linguagem oral e os estudos de gramática – importantes para o aperfeiçoamento da maneira de se comunicar.

Entendemos que essa coleção apresentada é um componente curricular da Língua portuguesa que foi escrito para atender alunos especificamente do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio e, conseqüentemente, foi feito para o aluno perceber que estudar a Língua Portuguesa é uma atividade envolvente, dinâmica e prazerosa. É um livro bem elaborado com atividades de leitura e compreensão de texto, porém, não traz de forma concreta, explícita e significativa as relações acerca das variações linguísticas. Assim, perguntamos como o aluno pode diversificar variadas formas de linguagem se ele não conhece essas formas? E, ainda, refletimos se o livro didático considerado principal suporte teórico para o aprendizado dos alunos, não menciona sobre as diversas linguagens em nossa comunidade, como o aluno compreenderá as questões que envolvem a variação linguística? Por meio desses questionamentos que defendemos a ideia sobre a importância do livro didático abranger múltiplas formas de linguagens, ou seja, o aluno cresce convivendo com muitas variedades de fala, porém, o que talvez ele não consiga entender é como e porque apenas uma é considerada “correta” e as demais “erradas”, isto é, não sabendo e/ou entendendo que existem diferenciações na linguagem, estimulando uma série de preconceitos, pois, o aluno não saberá se expressar de formas diferenciadas dependendo do contexto comunicativo que está inserido.

De modo geral, esta coleção não apresentou em nenhuma fase de ensino, conteúdos em relação ao estudo da Variação Linguística. Nesse caso, podemos considerar que ele foi elaborado com base em uma abordagem estruturalista da língua, isto é, essa visão estrutural concebe a língua como um sistema de elementos relacionados para decodificar sentido, tendo como objetivo, a língua como foco principal e o sistema de regras que o falante deve aprender. No exposto acima, não podemos deixar de mencionar o papel da escola na elitização do ensino, pois, se a escola tem como “missão”, referente ao aprendizado da língua, é de suma importância propor estratégias e competências para que se organize uma escolha coletiva, discutindo procedimentos de análises, examinando exemplares de livros solicitados às editoras, considerando o perfil dos alunos e do projeto pedagógico da escola.

Dessa forma, refletimos que a escola tem que se impor de forma mais significativa/qualitativa na elaboração dos livros didáticos, não deixando de lado, assuntos relacionados com a realidade de fala do aluno, buscando sempre, livros que dê ênfase à construção dessa realidade.

Os escritores dos livros, *Língua Portuguesa: Linguagem e interação* são: Carlos Emilio Faraco, licenciado em Letras pela Universidade de São Paulo, e ex-professor do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

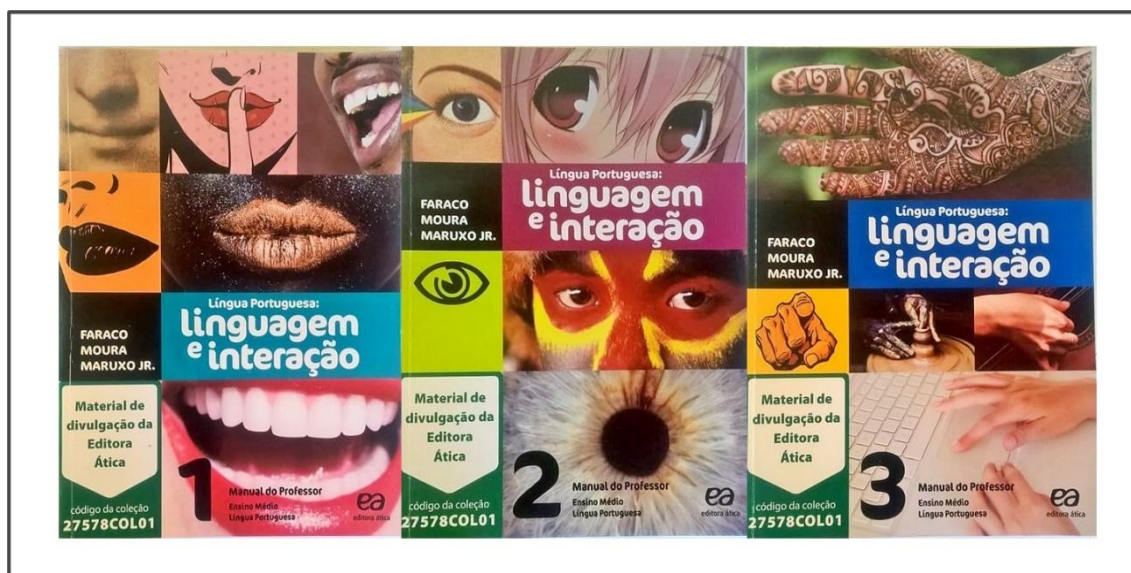
Francisco Marto de Moura, Licenciado em Letras pela Universidade de São Paulo e ex-professor do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superior.

José Hamilton Maruxo Junior, Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, professor de Português do Ensino Fundamental e do Ensino Superior da rede pública (SP), professor de Francês da faculdade Santa Marcelina (SP), pesquisador do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação comunicativa).

Destacamos aqui, os autores das duas coleções, não para projeto de repressão e/ou desaprovação. Sabemos através das análises dos livros, seus valores em relação ao ensino-aprendizagem colocado nos livros didáticos. Evidenciamos apenas, em nossa análise, as virtudes ou não em relação ao ensinamento da língua, linguagem, variação linguística e ao preconceito linguístico existente em nossa comunidade.

A seguir, apresentamos na figura 2, a outra coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa:

Figura 2 – Capas dos Livros didáticos de Língua Portuguesa: linguagem e interação.



Fonte – FARACO, Carlos Emilio. MOURA, Francisco Marto de. MARUXO JR, José Hamilton. *Língua Portuguesa: linguagem e interação* – São Paulo: Ática, 2014.

Diferentemente da outra coleção apresentada, o mecanismo gráfico que se apresenta nas capas não condiz ao meio textual, pois observamos modos de interação da língua por gestos através da boca, olhos, mãos. Quer dizer, se há interação da língua, é cabível variadas formas, mas que a coleção não apresenta.

SEÇÃO IV

4.1 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos, ainda hoje, possuem questões unificadas com textos específicos e em grande parte só literários que não atendem as necessidades de todas as camadas sociais, causando complexidades de desenvolver um trabalho pedagógico que envolva especificidades regionais/local, o que acaba impondo ao educador, uma “flexibilidade”, isto é, adaptar-se a várias situações, para conciliar os livros à realidade de seus alunos, visando aproximar o ensino-aprendizagem à visão de mundo que cada aluno traz de seu convívio social/familiar ao ingressar na vida escolar.

O conteúdo dos livros didáticos, ainda que unificado, deixa muitas vezes o aluno distanciado do conhecimento necessário e fundamental para o processo de aprendizado sobre a variação linguística e/ou as variações que ocorrem na língua de forma natural. Esse fator compromete a aprendizagem, pois o livro como objeto principal de estudo, aparentemente deixa de considerar as diversidades linguísticas existentes na língua portuguesa e/ou tentam empregar no livro a língua/linguagem como forma única, sem alterações, sem transformações, sem variações, etc. Desse modo, procuramos fazer um estudo da variação linguística, apresentada de forma mais ampla, pois, consideramos que, nesse nível escolar os alunos estariam mais acostumados aos estudos da língua e assim, os livros didáticos, apresentariam de maneira mais acentuada esses estudos.

Consideramos esse roteiro abaixo para o desenvolvimento das análises das coleções dos livros didáticos de Língua portuguesa.¹⁷

Como os livros didáticos de Língua Portuguesa consideram a variação linguística exposta nos capítulos e nas demais atividades propostas? Apresentam a existência de várias formas de linguagem?

Para a análise das atividades, escolhemos livros didáticos que abordam a questão da variação linguística definidos pelos PCNs. Como dito acima, a coleção dos livros didáticos de Língua Portuguesa escrito por HERNANDES e MARTIN (2013), abordam

¹⁷ O roteiro foi elaborado com base nas questões motivadoras de LIMA, Ricardo (2016).

essas questões. Nos três livros que contemplam a coleção, apenas o livro do 1º ano do E.M situa tais ensinamentos. Compreendemos que mesmo que o livro aborda variadas formas, não está bom, e que avançou referente a outros, mas ainda está em uma forma limitada, poderia assim propor mais coisas, marcar o texto, trabalhar em todo o livro, quer dizer, observamos que o estudo da variação linguística sempre aparece de forma separada. Dizemos isso, pois indagamos porque entre tantos capítulos escritos, apenas um é proposto para falar de variação, e ainda de forma sucinta na maioria das vezes, isto é, precisamos de livros didáticos que desenvolva tais conhecimentos em um todo. As atividades contidas nessa coleção consideram, mesmo que limitado, relações de variação na linguagem, competência comunicativa, de normas-padrão e normas urbanas de prestígio, quer dizer, informando e mostrando para o leitor que a variação linguística é um fenômeno próprio das línguas, inerente a elas e que existe uma pluralidade de línguas.

Na coleção de livros didáticos escritos por FARACO, MOURA e MARUXO (2014), os autores deixam de considerar a realidade linguística no Brasil. A partir da análise nos livros, percebemos na apresentação que se detém no livro, nas palavras dos autores, que os alunos irão compreender as muitas relações que há entre a linguagem que se utiliza nas situações de comunicação do dia a dia e aquela que deve ser empregada nas situações mais formais, porém, não tivemos essas informações empregadas nesses livros. Assim perguntamos como esse livro foi aprovado se ele não tem nada de critério dos PCNs e do próprio programa PNLD? De tal forma, lembramos que o professor não tem livros diversificados para sua escolha, pois na maioria das vezes, já estão selecionados e impostos pelo próprio sistema. Dessa forma constatamos que o livro está preso na concepção de língua/sistema, e não leva em conta a diversidade/variação linguística, e que o padrão sendo único surge o preconceito linguístico, pois em nenhum momento trabalham a pluralidade de línguas existentes.

A seguir destacamos mais uma indagação que direcionou nossas análises:

A variação linguística se apresenta em todas as seções dos livros ou se apresenta apenas de forma isolada, separada e sucinta?

Nas duas coleções apresentadas em estudo, observamos que a variação linguística se apresenta apenas de forma isolada, separada e sucinta. Nas coleções apresentadas a variação não é trabalhada no livro todo, possuindo entre tantos capítulos

apenas um para trabalhar com o tema. Na coleção de livros didáticos escritos por FARACO, MOURA e MARUXO (2014), os autores deixam de considerar a realidade linguística no Brasil.

Na coleção dos livros didáticos de Língua Portuguesa escrito por HERNANDES e MARTIN (2013), abordam essas questões, mas como já dito, com apenas um capítulo voltado a tratar dessa temática. Foi percebido ao longo de todo livro que a questão da variação, língua e preconceito linguístico se mantém apenas com atividades para aprender a Gramática Normativa. Indagamos novamente a opinião de que se contém o assunto da variação nos livros didáticos, apenas por uma imposição de órgãos oficiais políticos pedagógicos para apresentar essas questões existentes e importantes que estão relacionadas a língua portuguesa brasileira. Contudo, afirmamos que não está bom pela sucinta abordagem e que deveriam abordar a temática em todo o livro, com outras propostas de atividades, não apenas que ela exista em um único capítulo para atender uma exigência que está postulada em documentos educacionais. Dessa forma, observamos nos livros sempre a questão da variedade linguística de forma separada, o que não poderia ocorrer.

Evidenciamos mais uma questão que direcionou nossas análises:

Os fenômenos da variação linguística exposto na coleção estão adequados a realidade linguística de Mato Grosso?

Foi percebido no capítulo destinado a evidenciar a variação linguística que está na coleção dos livros didáticos de Língua Portuguesa escrito por HERNANDES e MARTIN (2013), que há abordagem desses fenômenos em um contexto geral, não tratando características regionais do Estado de Mato Grosso. Buscamos vários exemplos, mas não encontramos. Mais uma vez afirmamos que há uma preocupação com o ensino de língua e variação linguística, visto que o ensino dos fenômenos é exposto em apenas um capítulo e que se referindo a um grande estado, não contém fragmentos alguns dessa região, um livro que estava em uso pouco tempo atrás em uma escola Estadual de rede pública. Em nossa análise verificamos a falta de conteúdos regionais destinados a região, algo que poderia estar presente na aprendizagem de todas as crianças.

Segue abaixo mais uma demonstração que direcionou nossas análises:

Há a aplicação dos gêneros textuais que sejam representativos das variações linguísticas abordadas?

Em relação aos gêneros utilizados, há a utilização que pretendem caracterizar as variedades linguísticas. Observações exemplos de variações acerca de verbete abordando o léxico coloquial do português, tirinhas observando o uso linguístico mais espontâneo, tabelas demonstrando as variedades menos e mais prestigiadas, poema de patativa do Assaré exibindo a linguagem coloquial, cartum evidenciado o preconceito linguístico, e textos exibindo gírias e a língua.

Entre outros, apresenta trechos de textos de linguísticas explicando os fatos da variação e preconceito na língua. Na análise observamos pontos positivos de se ensinar requisitos da língua com os gêneros textuais em que estão presentes em nosso dia-a-dia.

4.2 PRÁTICAS E REFLEXÕES

Primeiramente queremos afirmar que, com as metodologias de estudos de vários teóricos, estudiosos que consolidam a Sociolinguística e os termos abrangentes a ela, mencionam que, em sua maioria, gramáticos tradicionalistas e uma notável parte da comunidade/sociedade, inserindo até o professor, a escola e os profissionais da educação que qualificam essas entidades de ensino, expressam que, a variação linguística é considerada como um acontecimento prejudicial à utilização “perfeita” e “harmoniosa” da língua e assim, dificulta o método de ensino-aprendizagem dos alunos. O que queremos demonstrar é que, o professor, como principal mediador de ensino, precisa estar ponderado, pois esses pensamentos lubridiados favorecem o preconceito linguístico e transformaram o ensino de língua portuguesa prepotente.

Consequentemente, neste trabalho, temos a finalidade de verificar os diferentes subsídios acerca das variações linguísticas que se mencionam no livro didático de língua portuguesa do Ensino Médio; ao mesmo tempo examinar se os livros didáticos dão suporte ao nível de ensino, uma vez que auxiliam e intervêm na manifestação do caso de preconceito linguístico ocasionado em sala de aula e na construção de aprendizagem de diferentes formas de fala.

O procedimento foi, inicialmente, a leitura e abordagem dos princípios que regem os PCNs de língua portuguesa, de autores renomados da área da Sociolinguística com seus livros, suas ideias que, auxiliem num aprendizado qualificado sobre o assunto

abordado. Na sequência, foram selecionados importantes livros e autores que tratam da língua/linguagem e, mais especificamente, das possibilidades de variação da linguagem. A partir dessas leituras foi possível delinear algumas discussões a respeito, bem como articular considerações sobre o assunto em questão.

Dizemos que avançamos ponderadamente na construção de uma sistematização de leitura e escrita. Estamos presumindo de que os alunos necessitam se familiarizar com diferentes tipos de gêneros textuais. Uma vez que, os gêneros textuais, são textos que convivemos em nossa vida no dia-a-dia, nos mais diversificados casos de comunicação. Reiteramos, segundo DIONÍSIO, MACHADO e BEZERRA (2010), que é “impossível se comunicar verbalmente a não ser por um gênero”. O autor também comenta que:

Usamos o gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (DIONÍSIO, MACHADO E BEZERRA, 2010, p. 23).

Evidente, que é tarefa inicial e fundamental das escolas oferecerem aos alunos a experiência de leitura, sem, apenas cuidar do convívio sistemático de aprender com os textos jornalísticos, científicos, argumentativos, ou seja, temos que dinamizar/incentivar a leitura sociocultural.

Por certo, sabemos que, os gêneros discursivos/textuais estão no ambiente escolar que são indicados por alguns documentos oficiais que possuem a educação brasileira. Aliás, a utilização deles em sala de aula é dirigida por uma série de pesquisas na área do ensino de língua portuguesa, uma vez que se comprovou a efetividade de um aprendizado elencado no panorama dos gêneros, quer dizer, as pessoas em seu contato diário, com diversas trocas de informações a todo o momento, ficam submetidas a inúmeros contextos comunicativos, isto é, cada um determinado em seu adequado contexto.

Segundo Bagno (1999, p. 143) “toda língua muda e varia. O que hoje é visto como “certo” já foi “erro” no passado. O que é considerado “erro” pode vir a ser perfeitamente aceito como “certo” no futuro da língua”.

É preciso que as escolas se organizem para uma escolha mais coletiva, discutindo procedimentos de análises, examinando exemplares de livros didáticos, considerando a respeito do perfil dos alunos, do Projeto Político Pedagógico da escola e, sobretudo, planejando o trabalho continuamente.

Discutir e ensinar a variação na língua em sala de aula exige uma formação de qualidade por todos os profissionais da educação, pois, cabe a eles conceituar e prestigiar as oscilações decorrentes na língua, quer dizer, valorizar o diferente.

Para a escola, essa responsabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos, ou seja, cabe à escola promover a sua ampliação de forma que, gradativamente, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações.

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido ‘treinar’ o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (BRASIL, 1997, p. 27)

O que se pretende mostrar, não que a norma-padrão não seja importante, longe disso, ela é importante e significativa no ensino de língua, e deve ser considerada, mostrada, ensinada, etc., mas esta não pode vir acompanhada de certo preconceito/prejulgamento linguístico, não se pode trazer e evidenciar aos alunos (estudantes) uma visão de que determinada variedade é “errada” ou “feia”, “certa” ou “bonita”. É preciso que o professor mostre aos seus alunos que na língua portuguesa existem diferentes possibilidades de comunicação, e que cabe a ele (falante) saber escolher e empregar essas diferentes possibilidades ao contexto que mais achar adequado.

Dentro do contexto de mudanças, o livro didático assume, cada vez mais, o papel de levar para a sala de aula uma linguagem mais próxima dos alunos. Batista (2000, p. 545-546) aponta algumas das diversas funções que esses manuais didáticos devem e podem desempenhar:

(...) os livros devem assumir tanto as funções de um compêndio quanto as de um livro de exercícios; devem conter todos os diferentes tipos de saberes envolvidos no ensino de uma disciplina e não se dedicar, com maior profundidade, a um dos saberes que a constituem; devem ser acompanhados pelo livro do professor, que não deve conter apenas as respostas às atividades do livro do aluno, mas também uma fundamentação teórico-metodológica e assim por diante. (BATISTA, 2000, p. 545-546).

Nesse sentido, a variação linguística no livro didático sofre grande preconceito linguístico por parte de alguns professores e pais que indagam que o ensino de língua materna deve ser pautado no falar certo e/ou no falar bem, e que as variações linguísticas estariam levando o aluno a “falar errado/feio” e que o dever do aluno em estar na escola é simplesmente aprender a falar as palavras de maneira “correta”. Do mesmo modo, há também alguns gramáticos que criticam o uso de livros didáticos que trabalham com a abordagem da variação linguística, pois tratam a língua como uma estrutura de regras, um sistema único e que somente uma forma é aceita para que se determine a comunicação. Nessa perspectiva, elege-se o modelo do correto e do incorreto assumindo uma postura preconceituosa uma vez que vê a variação como um “desvio” da norma padrão, assim, ao contrário do que pressupõe a linguística, pratica-se o que Camacho (2001) chama de modelo da deficiência verbal, em oposição ao modelo da diferença que atribui às diferentes formas de expressão da língua/linguagem o mesmo valor de verdade, de forma que, nenhuma é melhor ou pior em relação ao propósito comunicativo.

A vista disso, os PCNs de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 26), traz a opinião de que a Língua Portuguesa possui muitas variedades dialetais; recomendam que o preconceito divulgado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar, a que se parece com a escrita e o de que a escrita é o espelho da fala e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, indicam desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

Portanto, não podemos ficar apenas elegendo o que é certo e/ou errado, melhor seria conceituar que há vários outros meios de se dizer qualquer coisa, e que devemos amoldar a nossa linguagem a determinadas situações, dependendo do contexto. Dessa forma, refletimos que, a norma culta/padrão deve conduzir o ensino de língua portuguesa, não precisamente que ela seja excluída, deixada de lado e/ou não ensinada, mas sim, abordada junto a um método que não necessite a exclusão de outras

proporções/formas linguísticas que está difundida em todas as regiões de nosso País com seus modos tão particulares de se comunicar.

4.3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Ao empregar os livros didáticos de Língua Portuguesa como uma ferramenta didática na sala de aula é fundamental identificar antecipadamente a abordagem e o método enunciados para aplicar os conceitos aos alunos. Consequentemente, é necessário examinar as particularidades dos livros didáticos procurando rever suas ideias, princípios, organização e perspectiva de trabalho.

Primeiramente para analisar os livros Didáticos de língua Portuguesa, faz-se necessário destacar as concepções teóricas que conduzem este estudo, assim, iniciamos pelo conceito de variedade que não é tão simples como se parece, sendo de fundamental importância à discussão e preceitos ao longo do tempo feito por alguns estudiosos, como pode ser observado abaixo.

Bagno (2007), afirma que:

[...] a grande maioria das pessoas acha muito mais confortável e tranquilizador pensar na língua como algo que já terminou de se construir, como uma ponte firme e sólida, por onde a gente pode andar sem medo de cair e de se afogar na correnteza vertiginosa que corre lá embaixo. Mas essa ponte não é feita de concreto, é feita de abstrato... O real estado da língua é o das águas de um rio, que nunca param de correr e de se agitar, que descem e sobem conforme o regime das chuvas, sujeitas a se precipitar por cachoeiras, a se estreitar entre montanhas e se alargar pelas planícies. (BAGNO, 2007, p. 36).

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, ela se presta de total importância em nosso dia-a-dia e no nosso convívio em comunidade/sociedade. A língua é um princípio desenvolvido naturalmente com o propósito de difundir pensamentos, ideias através da comunicação e interação com todas as pessoas, logo, ela constitui-se num código mutável que compõe as relações humanas e que, ao mesmo tempo em que sofre alterações/variações, contribui das mudanças na comunidade. Esse recurso social é encarregado pela capacidade de se preservar o conhecimento e de transmiti-lo a outras gerações no decorrer do tempo. É através deste, que percebemos que sem a língua, esse conjunto organizado de elementos, o mundo seria um imenso vazio. Essa ligação natural entre língua, cultura, sociedade, estabelece a organização fundamental nas ações diárias de

nossas vidas. Desse modo, as variações acontecem na cultura como também na língua, seja por extinção, ampliação e/ou modificação dos elementos. Elucidamos através das palavras de Almeida Baronas (2014):

A variação linguística constitui um fenômeno natural em qualquer língua, entretanto tal fato não é compreendido pela grande maioria da população brasileira que acredita ser a língua do Brasil um objeto homogêneo, inflexível. (ALMEIDA BARONAS, 2014, p. 40).

Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 1997, p. 23).

Para a Sociolinguística, linguagem e sociedade são conceitos que mantêm uma relação intrínseca, sendo impossível conceber uma sem a outra. Desse modo, podemos dizer que a história da linguagem é a história da sociedade, em outras palavras, como diz Chaui (2000), em seu livro *convite a filosofia*, segundo Aristóteles, “é através da linguagem que o homem se torna um animal político, social e cívico¹⁸”.

Segundo Labov (1972/2008, p. 215), “a língua é uma forma de comportamento social, pois comunica necessidades, ideais e emoções”. Uma nação apresenta diversos traços de identificação, e a língua é um deles e, esta pode variar em certos fatores, tais como o tempo, espaço e nível cultural.

Alguns gramáticos e professores procuram o “ideal da homogeneidade”, pois, tentam impor a norma linguística idealizando e querendo que todas as pessoas falem uma única língua, do mesmo modo, sempre do mesmo jeito, o que se torna impossível já que em um país miscigenado como o Brasil, existe uma grande diversidade e variabilidade de português. A respeito das normas cultas e literárias impostas pelos escritores e instituições oficiais, por exemplo, Bagno (2003, p. 16) argumenta que:

[...] se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os sem-língua. (BAGNO, 2003, p. 16).

Citamos também as palavras de Almeida Baronas (2009):

¹⁸ Citação extraída do livro, *convite à filosofia* (2000), escrita por Marilena Chaui, referenciando Aristóteles e a importância da linguagem.

A linguagem é, por natureza, um objeto sujeito a alterações, por ser uma parte constitutiva do ser humano. Ora, se o homem está sempre evoluindo, mudando sua aparência, suas ideias, seus valores, é perfeitamente normal haver variações e mudanças linguísticas. (ALMEIDA BARONAS, 2009, p. 116).

O que os autores mencionados acima querem dizer, é que não existe uma única língua, idêntica, perfeitamente igual, deste modo homogênea, como tentam empregar, mas, uma língua heterogênea que apresenta um multilinguismo, qualidades e modos diferentes, ou seja, uma grande diversidade linguística que é cheia de variações, não como “as pessoas de um modo geral tem uma ideia de que existe uma língua que é considerada o bem social, que está ao alcance de todos. O que existe, na verdade, é um conjunto de - variedades linguísticas que estão em “circulação” na sociedade”. (MACEDO-KARIM, 2012, p. 47).

E o principal objeto de ensino de que a língua é repleta de variações é o livro didático, através dele que desde muito cedo as crianças aprendem que não temos uma única língua, e que ela muda/varia em determinadas situações de uso.

Compreendemos que, a variação linguística existe e que, é um fenômeno próprio das línguas, inerente a elas, assim, não é possível dizermos que uma forma variante seja mais ou menos correta que outra, ou melhor, as formas variantes são sempre formas possíveis de usos linguísticos, quer dizer:

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar-se às diferentes situações comunicativas é saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto dirige. Em suma, a questão não é a correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem, pois falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido e desejado. (PCN, 1997, p.26).

Por esse motivo, precisamos estar cientes da necessidade de saber fazer as adequações possíveis da variedade usada e da situação de comunicação da qual participamos.

Um bom exemplo disso é a tirinha a seguir, extraída do livro *Língua Portuguesa*.

Figura 3: A língua como um fenômeno naturalmente variável e heterogêneo.



Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2013, p. 161.

Na tirinha acima, ao receber o marido, Helga utiliza um registro informal da língua para cobrar dele explicações sobre onde esteve: “Tá legal, esertinho! Onde é que você esteve?!”. Isso se dá porque eles têm uma relação de intimidade, o que permite a ela fazer um uso linguístico mais espontâneo, menos monitorado. Já Hagar, que se encontra em uma situação desconfortável, de maior tensão psicológica, faz uso de um registro mais formal da língua, como podemos observar no terceiro e, sobretudo, no quarto quadrinho. Sentindo-se pressionado pela mulher, ele utiliza uma forma de linguagem mais cuidada, mais monitorada, para convencê-la a acreditar em sua fantasiosa história, ou seja, a personagem relembra outras histórias e nessa narrativa o uso da língua é mais formal, pois estabeleceu-se desse modo, quer dizer, a língua enquanto prática social se configura de certa maneira e isso é aprendido pelos falantes.

O mesmo ocorre com os falantes, fazemos usos de registros distintos, a depender da situação comunicativa na qual nos encontramos. Em qualquer língua natural, há registros mais formais, mais informais, mais monitorados, menos monitorados, mais planejados, menos planejados. Essa questão é de total importância, retirada do livro didático que exerce a função de transmitir o conhecimento, de forma esclarecedora e natural. Podemos dizer que isso é possível, porque a língua é um fenômeno naturalmente variável, heterogêneo, mutável, ao mesmo tempo em que é um fenômeno com estrutura e regras. Foi abordada no texto como exemplo, evidenciando a variedade

que ocorre na língua, fazendo o aluno perceber um fenômeno naturalmente heterogêneo, ao mesmo tempo em que é um fenômeno com estrutura e regras.

Sabemos que a língua portuguesa brasileira, como assegura Bagno (2003, p.16), “apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade”, essas são motivadas tanto por fatores de ordem geográfica, como também pelo contexto social e dentre outros fatores, todavia, nas escolas ignoraram essa diversidade e conseqüentemente os fenômenos linguísticos inerentes à língua, as variações linguísticas, produzindo assim, o preconceito linguístico, infelizmente, uma discriminação que existe entre os falantes de um mesmo idioma, onde não há o mínimo de respeito pelas variações linguísticas, como por exemplo, os sotaques, regionalismos, dialetos, gírias e demais distinções da fala de determinada comunidade.

A seguir destacamos uma tira, extraída do livro em análise, que exemplifica criteriosamente o preconceito linguístico que transcorre em nossa comunidade/sociedade:

Figura 4: A discriminação no sentido da expressão



Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2013, p. 171.

Descrevemos brevemente a sequência de acontecimentos presentes na tirinha, onde há uma denúncia à postura preconceituosa de um cidadão urbano contra um gigante nordestino, como se percebe pelo contexto. Essa situação de preconceito não é a única, já que as pessoas podem ser discriminadas, entre outros fatores, por sua classe social, pelo lugar onde moram, pela cor de sua pele, pelo modo como se vestem e também pela maneira como falam e escrevem, isto é, pelo uso que fazem da língua.

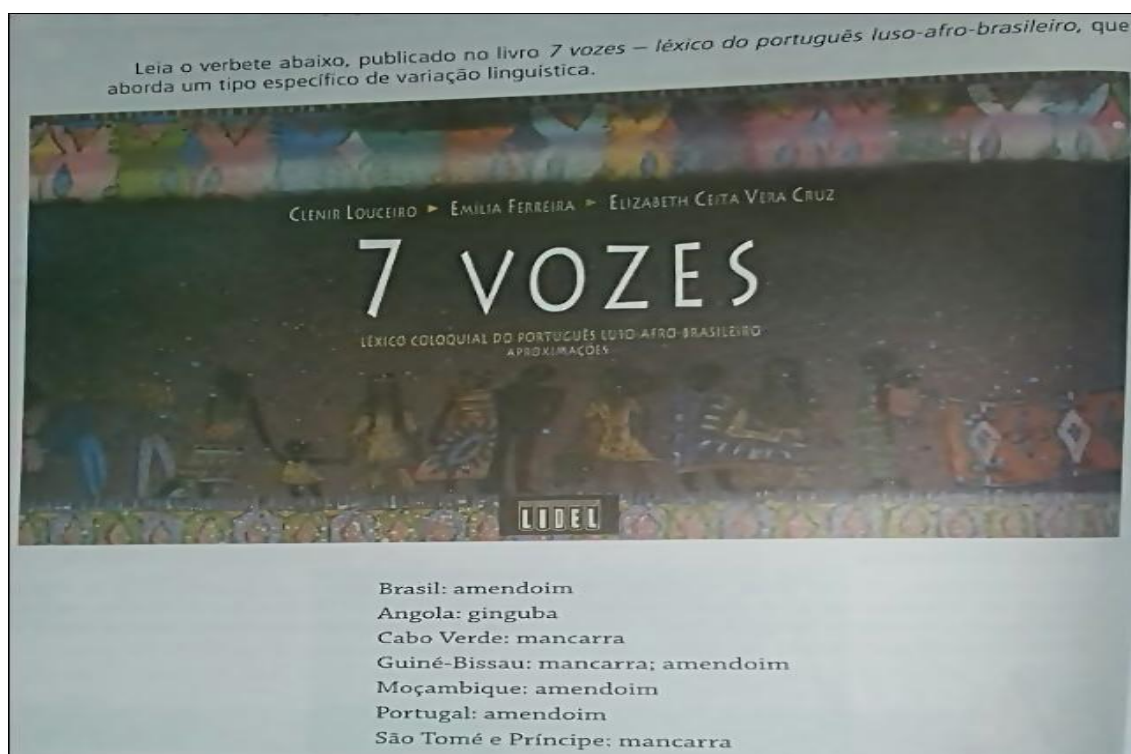
Assim, evidenciamos o preconceito linguístico que sofre o personagem, ou seja, algo que é natural e decorrente das línguas não pode ser tratado com desrespeito pelas pessoas, pois, todas as variedades constituem os sistemas linguísticos adequados para a expressão das necessidades comunicativas.

Para tentar interromper esse preconceito, salientamos a ideia, dita no livro didático de *Língua Portuguesa* (2013), analisado em questão, que para desconstruir os preconceitos de toda ordem e compreender a língua em uso e suas variedades, modalidades e registros, precisamos de uma atitude investigativa, que considere a língua como um ser vivo, em constante transformação. Nas palavras destacadas no livro didático, ele também assegura que, é preciso aprender e utilizar a variedade de prestígio em situações de comunicação em que ela se faz necessária, o que assegura ao falante a possibilidade de ampliar sua atuação social. No livro em análise esse quadrinho foi abordado por meio de uma atividade de marcar a resposta correta através de várias alternativas, levando o aluno compreender no decorrer da história em quadrinho a discriminação através da ocorrência do uso variável da língua.

Diante desse empecilho de preconceito, trazemos outro exemplo, que referencia não apenas a variação na língua portuguesa em âmbito regional, como também nacional. Entendemos que a língua portuguesa é uma das mais faladas do mundo, com aproximadamente 250 milhões de pessoas que a falam e que, no Brasil possui uma proximidade de 80% desse total de falantes. Evidenciamos assim, que a disseminação da língua portuguesa em diferenciados lugares deve-se basicamente à política de expansão de Portugal, especialmente nos séculos XV e XVI, que no momento não convém o aprofundamento, porém, é importante ressaltar a pluralidade existente na língua.

Abaixo, evidenciamos mais um exemplo extraído do livro didático em análise:

Figura 5: 7 vozes – léxico do Português luso-afro-brasileiro



Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. *Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2013, p. 160.

Nessa imagem retirada do livro didático em estudo, há questões que serão abordadas adiante que evidenciam diferentes termos usados para nomear a palavra “amendoim” nos países onde se fala português, quer dizer, além do léxico de língua portuguesa que sofre variação regional, é observado acima, o léxico com variações nacionais. Desse modo, é inquestionável as distinções que se encontram dentro de uma mesma comunidade/sociedade de fala, isto é, vão marcando diferenças conforme desenvolve-se no espaço geográfico. No livro analisado, essa a imagem foi abordada através de exemplo, evidenciando as diferenças que ocorre no léxico do português, levando o aluno a compreender as diferenças regionais, assim como também as diferenças que ocorre em outros países que falam o português.

No livro analisado, ainda são postas outras informações para a aprendizagem do aluno, tais como segue no exemplo, apresentando as Normas mais prestigiadas. Para compreender melhor esses conceitos, segue a tabela a seguir, extraída do livro em questão, observando suas colunas:

Figura 6: Variedades menos e mais prestigiadas

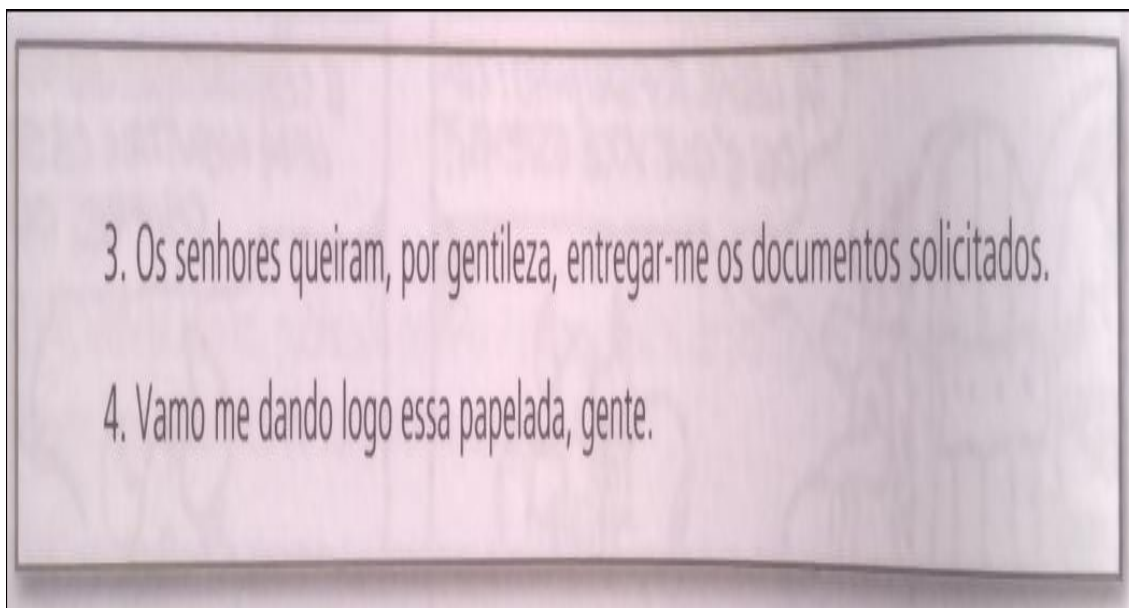
COLUNA 1	COLUNA 2	COLUNA 3
VARIEDADES MENOS PRESTIGIADAS	VARIEDADES MAIS PRESTIGIADAS	NORMA-PADRÃO
eu falo você [tu] } ele } fala a gente [nós] eles }	eu falo você } ele } fala a gente } nós falamos vocês } eles } falam	eu falo tu falas ele fala nós falamos vós falais eles falam

Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2013, p. 164.

A variação só é admitida quando admitimos também a língua em uso, empregada por falantes reais em situações de comunicação. Como as situações de interação são diferentes umas das outras, as variedades de língua empregadas também são diferentes. Assim é possível que tenhamos variedades linguísticas mais prestigiadas e variedade menos prestigiadas. Não são elementos linguísticos em si se a variedade é mais ou menos prestigiada, mas o grupo social que a utiliza. Podemos dizer que a variedade considerada de prestígio é aquela usada por falantes urbanos, mais escolarizados e de maior status econômico. Essa tabela é atribuída ao livro em análise como forma de exemplo, evidencia antes todo um conceito de norma-padrão e normas urbanas de prestígio através das palavras de Marcos Bagno, expressando que em nosso país muitas pessoas não dominam essa variedade e, por isso, recebem rótulos discriminadores, sendo julgadas, por exemplo, pelo modo como falam, pelo vocabulário que usam, pelo modo como pronunciam algumas palavras e por seu sotaque. Dessa forma, estudar vários registros linguísticos e as variedades linguísticas nos ajudam a perceber as mudanças da língua e, ao mesmo tempo, refleti sobre a gramática e seu usos particulares

Continuadamente, o livro nos apresenta mais questões que são interessantes e importantes, embora sejam construções distintas em relação ao grau de maior ou menor formalidade, são duas frases legítimas do português brasileiro, passíveis de serem faladas ou escritas pelos usuários da língua. Segue o exemplo abaixo:

Figura 7: Construções equivalentes no português.



Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. *Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2013, p. 162.

O livro menciona que são construções equivalentes porque servem para comunicar o mesmo conteúdo informacional, ou seja, “dizem a mesma coisa”. Contudo elas dizem de formas diferentes. Ao analisar, vemos que a situação que são usadas são diferentes pelas propriedades das palavras, nessa relação percebemos que uma estrutura se dá ao meio formal, padrão, enquanto a outra forma designa um uso de língua mais coloquial. Significa dizer que esse princípio se faz pela comunicação que exercemos, isto é, através das necessidades comunicativas modificamos nossa forma de fala, se adapta ao contexto em estamos inseridos. Assim, esse sentido produz uma variação adequação linguística, pois já imaginou se precisássemos utilizar a todo momento uma linguagem rebuscada e cheia de arcaísmos nas mais corriqueiras situações de nosso cotidiano? Provavelmente perderíamos a espontaneidade da fala, sem contar que a dinamicidade da comunicação seria prejudicada. A cada umas dessas formas diferentes de uso da língua chamamos de variedades linguísticas, isto é, não existindo uma língua certa ou errada, mas formas diferentes.

No quesito de atividades, esse manual didático em análise, colabora com a formação de alunos que sejam críticos e participativos, tendo textos que permitem os alunos compreenderem e interpretar para responder as questões propostas. Citamos a seguir exemplos dessas atividades de compreensão:

Figura 8: Texto Preconceito Linguístico.

4. Leia o fragmento a seguir e responda às questões propostas.

No fundo, o preconceito linguístico é um preconceito social. É uma discriminação sem fundamento que atinge falantes inferiorizados por alguma razão e por algum fato histórico. Nós o compreenderíamos melhor se nos déssemos conta de que 'falar bem' é uma regra da mesma natureza das regras de etiqueta, das regras de comportamento social. Os que dizemos que falam errado são apenas cidadãos que seguem outras regras e que não têm poder para ditar quais são as elegantes

POSSENTI, Sírio. *Preconceito linguístico*. In: *Ciência Hoje*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/preconceito-linguistico>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

a) Qual é o posicionamento do autor em relação ao preconceito linguístico?

b) Quem seriam os "falantes inferiorizados" mencionados pelo autor?

c) O autor assemelha o "falar bem" às regras de etiqueta. O que em seu entender é "falar bem"?

Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. *Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2013, p. 178.

Observamos que há um trecho do texto de Sírio Possenti sobre o preconceito linguístico onde o autor conceitua esse "tal preconceito". Através desse texto as autoras do livro propõem questões de compreensão e interpretação acerca da leitura aos alunos. Averiguamos que pela primeira questão proposta, no qual questiona o posicionamento do autor em relação ao preconceito linguístico, levando com os alunos compreendam que esse preconceito na verdade é social, um fruto de discriminação da língua. Pergunta-se também quem seriam os autores inferiorizados mencionados pelo autor, conduzindo os alunos perceberem em sua fala, que os inferiorizados são os não alfabetizados, aqueles que, por alguma razão, não tem acesso à cultura letrada, ou aqueles que não conhecem e, conseqüentemente, não usam as normas urbanas de prestígio. E na última questão proposta, assemelha o "falar bem" as regras de etiqueta, questionando ao aluno em seu entender, o que é falar bem? Através desse questionamento espera-se que os alunos compreendam que falar bem não é falar corretamente de acordo com a norma padrão, mas sim utilizar as mais diversas variantes da língua de acordo com as situações de comunicação, com os interlocutores e com a intenção comunicativa. Quer dizer, o texto e as questões propostas são meios para os alunos aprenderem as mais variadas formas do conhecimento linguístico, a fim de que possa fazer essas adequações quando acharem necessário.

Figura 9: Texto Variações Linguísticas

5. (Fuvest) Leia o texto que segue e responda à questão proposta.

Todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades de seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades regionais, sociais e estilísticas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação.

Celso Cunha. Nova gramática do português contemporâneo. Adaptado.

Fonte – HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2013, p. 170.

A questão proposta que se apresenta na imagem extraída do livro didático em análise é uma atividade de compreensão sobre a variação na língua. Observamos um breve trecho de Celso Cunha, e a asserção se subscreve da seguinte forma: leia o texto que segue e responda à questão proposta. Assim, abaixo do texto é inferido um questionamento, *depreende-se do texto que uma língua é um*. Há várias alternativas e dentre elas, espera-se que o aluno entenda através do texto que a língua é um conjunto de variedades linguísticas, dentre as quais uma alcança maior valor social e passa a ser considerada exemplar, essa é a ideia de compreensão que o autor transmite em sua Gramática. Mas ao acentuar o papel de modelo, designado de culto, acaba que atribuindo pontualmente esse papel exemplar, consequentemente responsável por seu domínio sobre as demais variedades. E através dessa questão deprecia e limita a variação linguística em meio as múltiplas variedades de uso.

Averiguamos que o livro em análise traz exemplos de imagens e textos com atividades em sequência que colaboram para desconstruir os preconceitos de toda ordem e compreender a língua em uso e suas variedades, modalidades e registros, considerando a língua como um organismo vivo, sempre em transformação. Dessa forma, acreditamos nas palavras de Bortoni-Ricardo (2004):

Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras, os falantes que são os detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, a tem de intrinsecamente superior as demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerada um dialeto ruim, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como bom dialeto. (BORTONIRICARDO, 2004, p. 33).

Podemos dizer, no entanto, que o preconceito não é apenas social, mas também de ordem política e econômica, isto é, sempre com postura preconceituosa de um cidadão que fala diferente.

Consequentemente, como vimos anteriormente, a variação linguística é uma característica inerente às línguas, não sendo um defeito, como também, não é um problema. Simplesmente uma propriedade natural das línguas, sendo confirmado, que todas as variedades linguísticas têm aplicações possíveis. O que não podemos aceitar é o conceito dado pelos gramáticos, que tomam como erros as variantes não padrão, isto é, aquelas que se afastam do que é determinado na gramática normativa. De modo geral, mais uma vez, exemplificamos o que diz o livro didático, analisado em questão, que os linguistas não consideram a noção de erro, mas sim, a ideia de adequação a situação, ainda que o dito ou escrito esteja afastado da norma-padrão.

A vista disso, sabemos das dificuldades das escolas e educadores que se encontram no exercício de sua profissão. Porém, acerca de toda complexidade presente, a escola e o professor podem formar o aluno para o exercício de cidadania, da educação, do trabalho, da vida, sempre, no intuito de colaborar com a compreensão do não preconceito, que são tantos em nosso País, e se tratando de variação na língua, por maior ou menor que seja, tem que ser repudiado e apresentado a todos como uma heterogeneidade própria da língua, não como algo único e homogêneo, para que as pessoas não sofram com o preconceito linguístico.

Convém citar Bagno (2003), como reitera que se:

[...] a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 200 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização. (BAGNO, 2003, p. 15).

Portanto, o que se mostra é que a escola não pode impor o monolíngüismo, somente assim, transcorrerá o reconhecimento da existência das variedades na língua, da necessidade de valorização e do respeito dentro e fora da escola, ou seja, “impor a norma de língua culta, desprezando o multilingüismo existente no português brasileiro, estabelecendo noções de “certo” e “errado”, o que na verdade não se pode fazer uma vez que “a língua é essencialmente heterogênea, variante e mutante” (BAGNO, 2007, p. 130).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem de uma língua caracteriza-se na mediação professor, livro, escola e aluno em que se estabelecem conhecimentos práticos e teóricos. Assim, examinamos inicialmente, em uma exploração que fornecesse considerações acerca da variante e o preconceito na língua. Para esse fim, escolhemos como objeto de investigação dessa pesquisa o livro didático de Língua Portuguesa, o qual, dissemos em discussões anteriores, compõe-se como uma das principais ferramentas de ensino aprendizagem postas em escolas públicas e privadas de todo País. Desse modo, essa pesquisa nos possibilitou verificar como os livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio abordam a questão das variações linguísticas, preconceitos linguísticos e como isso se apresenta aos professores na sala de aula.

Consequentemente, a partir da análise nas coleções de livros didáticos aprovados pelo PNLD, concluímos que o ensino da Língua não dita sobre a variação linguística, na maioria das vezes, também não seguindo os conceitos elaborados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, consequentemente, deixa de contribuir para o ensino das diversidades que ocorrem na língua. Dessa forma, esperamos que os professores reconheçam as comunidades de fala, representadas pelos alunos, não só para saber das variantes presentes, como também para enxergar novas possibilidades de trabalhos que mobilizem todo o grupo/comunidade a uma inclusão social e cultural, esquecendo o preconceito linguístico. Não podemos deixar de situar que o professor tem que estar preparado para explicar ao aluno sobre a língua e suas particularidades. O que se busca, é o respeito às diversidades de fala, presentes na sociedade, pois, sabemos que a língua não se constitui de homogeneidade, ao contrário, ela implica variações, sua heterogeneidade própria e já que o papel do professor e da escola é preparar cidadãos capazes de viver/comunicar em sociedade, é de suma importância que saibamos que a língua nos propiciam variadas formas de fala dependendo do contexto comunicativo em que somos inseridos e que a língua não restringe-se unicamente a norma culta.

Concluímos que as coleções de livros didáticos abordados tiveram contrapontos distintos, pois o Livro Didático Língua Portuguesa (2013) aborda de forma significativa as questões de língua, variação linguística e preconceito linguístico, enquanto o livro didático de Língua Portuguesa: linguagem e interação (2014) não aborda essas respectivas questões. Ou seja, percebemos nos recortes didáticos que os livros que ditam sobre a heterogeneidade da língua contribuem para a compreensão dos fatos de

linguagem e acreditamos que só através da difusão do ensino das variações linguísticas as pessoas terão a competência de decidir o modo de fala, trilhar o caminho para transitar em diferentes comunidades linguísticas. Observamos que uma coleção de livros não faz referência em nenhum momento sobre o ensino de língua, variação e preconceito linguístico, da ênfase apenas as normas gramaticais da língua e outra coleção que faz referência, mesmo que sucintamente e superficial, pautado em apenas um capítulo, em nenhum momento em suas seções, textos e atividades restringiu tratar as variações apenas como variedades regionais ou de pessoas não escolarizadas. Dizemos que não é o esperado para um ensino de língua, mas mesmo “acanhado” percebemos as notáveis mudanças em relação a outra coleção.

Portanto, para ensinar as variações linguísticas ocorrentes na língua Portuguesa, precisa-se primeiramente ensinar aos alunos, certamente, reconhecer a realidade da língua e buscar um equilíbrio, ou seja, através dos ensinamentos linguísticos sobre as transformações que ocorrem na língua, os professores, precisam mostrar as diversidades que a língua carrega, para que o aluno compreenda suas escolhas. O aluno sabendo previamente sobre os conceitos existentes na língua o ajudará a ampliar seu repertório linguístico, garantindo o acesso a outras comunidades linguísticas, ou seja, a língua tem por finalidade estabelecer a comunicação/interação. Ela não é algo fixo/parado, onde, se aceita apenas uma possibilidade, mas ao contrário, ela é flexível/maleável, adapta-se a cada comunidade de modo diferenciado, a questão é aceitar, admirar e respeitar as diferentes formas de manifestá-la. E esse conhecimento pode ser melhor compreendido na sala de aula com o auxílio do professor e do LD. Infelizmente, constatamos poucas propostas ao discernimento que envolvem o ensino das variações que ocorrem na língua, isto é, na maioria das vezes há um distanciamento muito grande entre as variedades estigmatizadas e as variedades “ditas” de prestígio, não ajudando no combate ao preconceito linguístico existente em nossa sociedade. Por isso reiteramos a importância do conhecimento que o professor deve ter a respeito da língua, variedades e preconceito para poder explicar esses ensinamentos em sala de aula. Também persistimos em livros didáticos de Língua Portuguesa que contenha os ensinamentos desse fenômeno totalmente natural e variável na língua.

Dessa forma concluímos uma significativa aprendizagem sobre a língua e suas variedades existentes naturalmente heterogêneas que ocorrem dentro de uma comunidade, uma tarefa árdua, mas importante para o embate ao preconceito

linguístico, em que o livro didático e o professor são percussores para uma aprendizagem solidificada sobre o verdadeiro uso da língua.

Assim, ressaltamos que esta pesquisa não se encerra aqui, ela abre novas indagações, caminhos a serem percorridos, em busca de respostas para contribuir e consolidar o ensino da variação linguística nos livros didáticos visando uma melhor formação dos alunos ao ensino da língua.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. L. M.; PONTARA, M. **Gramática**: texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2008.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM F. & BENTES, A. C (Orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Cortez. p. 21- 47. 2001.

ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de. **Falar rural e desvios da norma no texto escrito**: possíveis relações. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 2009.

_____. **Variação linguística na escola**: resultados de um projeto. Revista da ABRALIN, v. 13, n. 1, p. 39-62, jan./jun. 2014.

ASTI VERA, Arnaldo. **Metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO; GAGNÉ; STUBBS. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola. Editorial, 2003.

_____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Linguística da Norma**. 3 Ed. – São Paulo: edições Loyola, 2012(a).

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012(b).

_____. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística e ensino de português**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

_____. **Preconceito linguístico**. – 56 ed. Revista ampliada – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARROS, Adil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BATISTA, Antônio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 577-594.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BELINI, Raimunda Gomes de Carvalho. SOUZA, Maria Margarete Fernandes de. **A variação linguística no livro didático: um olhar sob a perspectiva sociolinguística**. Ceará, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: A sociolinguística na sala de aula**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. SOUZA, Rosineide Magalhaes de. FREITAS, Vera Aparecida de Lucas. MACHADO, Veruska Ribeiro. **Por que a escola não ensina Gramática assim?** 1º edição – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BORTOLOZZO, R.S. **Parâmetros Curriculares Nacionais e o livro didático: uma abordagem Sociolinguística**. (Monografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Faculdade de Educação e Linguagem. Cáceres, 2015.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental - **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade Cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação Fundamental – **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEB, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Ministério da educação. Secretaria de educação média e tecnológica – Brasília: Ministério da educação, 1999.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**, 2000.

BRASIL, **Diversidade Linguística do Brasil (GTDL)** – Relatório de atividades do grupo de trabalho da diversidade linguística do Brasil. Brasília: IPHAN, 2006-2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> acessado em: 02/05/2017.

BRESSANIN, Joelma Aparecida. **Prática de leitura e produção textual no ensino médio**: aperfeiçoando a capacidade de argumentar. (Dissertação) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Instituto de Linguagens – IL. Cuiabá, 2006.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. – São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALLIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v.1 São Paulo: Cortez, 2001, p. 49-75.

CARRIEL, Paola. **Diminuir preconceito é desafio para o professor**. Gazeta do povo – 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br>> acessado em 08/10/2017.

CARMAGNANI, A. M. Ensino apostilado e a venda de novas ilusões. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. São Paulo: Pontes, 1999, p. 45-55.

CARVALHO, Ana Isabel Silva. **A capa de livro**: o objeto, o contexto, o processo. (Dissertação) – Universidade do Porto, Faculdade de Belas Artes. Porto, 2008.

COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. **Domínios de Linguagem: Revista Eletrônica de Linguística**, Uberlândia, v. 04, n. 02, p. 01-22, 2º semestre 2010.

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. **O tratamento da variação linguística no livro didático de português**. (Dissertação) - Programa de pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília, 2007.

CORACINI, Maria José Farias. O processo de legitimação do livro didático na escola de Ensino Fundamental e Médio: uma questão de ética. In: CORACINI, Maria José Farias (Org) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999. p. 33-43.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Editora Ática, 2000.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e pesquisa – São Paulo, 20014 p. 549-566.

DANTE, Luiz Roberto. **Livro didático de Matemática: uso ou abuso?** In: Em aberto. Brasília, v. 26, n.69, p. 52-58, jan/mar. 1996.

DIONÍSIO, Angela Paiva. Variedades linguísticas: avanços e entraves. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **O livro didático de Português**: múltiplos olhares. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 75-88.

DIONÍSIO, Angela Paiva. MACHADO, Anna Rachel. BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Emílio. MOURA, Francisco Marto de. MARUXO JUNIOR, José Hamilton. **Língua Portuguesa**: linguagem e interação. 2º edição – São Paulo: Ática, 2013.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br>> acessado em 10/06/2017.

HERNANDES, Roberta. MARTIN, Vima Lia. **Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2013.

LABOV, William (1972). **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [*Padrões Sociolinguísticos*]. Trad. Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático, um (quase) manual de usuário**. Unicamp, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: velhos e novos temas. Edição do Autor, maio de 2002.

LIMA, Ricardo Joseh. Variação linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. (Orgs.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização Sociolinguística do Brasil. – São Paulo: Contexto, 2015.

MACEDO-KARIM, Jocineide. **A comunidade São Lourenço em Cáceres-MT**: aspectos linguísticos e culturais. (Tese) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio, 1946 – **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Marco Antonio. VIEIRA, Silvia Rodrigues. TAVARES, Maria Alice. **Ensino de português e Sociolinguística**. 1 edição, 1 reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

MATO GROSSO, **Secretaria de estado de Educação. Área de Linguagens**, Cuiabá-MT, 2012.

MOLLICA, Maria Cecília. BRAGA, Maria Luiza. **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos, 1944 - **Para compreender LABOV**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A língua portuguesa em questão: uso, padrão e identidade linguística**. UNESP – Araraquara, p. 1-13, 2010.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. (Manual/Pós-Graduação) Catalão-Goiás, 2011.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **História do Material Didático UFMG / CNPq/FAPEMIG**, 2009. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/historia.pdf> > Acesso em 25/03/2015.

PERALTA, T.M. **A atividade docente mediada pelo uso do livro didático**. 2003. 147 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Pontifica Universidade Católica, São Paulo, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. 7º reimpressão, 2001. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

RAMOS, Heloísa. **Viver, aprender: por uma vida melhor**. Editora Global, 2011.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira: organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEHN, Thaís Cristina Martino. **A capa do livro como instrumento de escolha para o mundo da leitura** (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pelotas, 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. Texto apresentado na III Semana Universitária da Universidade Católica de Brasília. 2001.

SILVA, M. V. da. **O Português do Brasil: a constituição de uma língua nacional**. Tese de doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 1998.

SILVA. Andréia de Moraes. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais e os livros didáticos: uma reflexão de suas propostas e o trabalho com os gêneros textuais em sala de aula**. (Dissertação). Faculdade de Ciências da Educação e Saúde-FACES, Centro Universitário de Brasília-UniCEUB, Brasília, 2010.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Ciberultura**. Educação e Sociedade: dez. 2002, v. 23. n. 81, p. 141-160.

_____. **Linguagem e escola: uma perspectiva social** – 18º ed.– São Paulo: Contexto, 2017, 160 p.

SOUSA, R. M. A Sociolinguística na Formação Docente. In: **Aprendendo a aprender**. FÉLIX, J. d'Arc B (org.). UniCEUB - Faculdade de Ciências da Educação- Guia de Formação para Professores das Séries Iniciais – Convênio com a Secretaria de Educação GDF, 2005.

SOUZA, E.R.S.; José Leonildo Lima. Um livro didático em questão: a variação e o preconceito linguístico. In: Albano Dalla Pria; Ana Luiza Artiaga R. da Mota; Ana Di Renzo; Edileusa Gimenes Moralis. (Org.). **Linguagem Escrita e Tecnologia** 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

VERCEZE. R. M. N. **Letramento e Alfabetização**: dois processos indissociáveis, Guajará-Mirim: UNIR – CEPLA, 2005. (Mimeo).

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

WEINREICH, Weinreich; LABOV, William; HERZOG, Marvin. (1968). "Empirical Foundations for Theory of Language Change". In: LEHMANN, Paul; MALKIEL, Yakov. (Eds.) **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press: 95-188. (**Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006).

ZILLES, Ana Maria Stahl. FARACO, Carlos Alberto. **Pedagogia da Variação linguística**: língua, diversidade e ensino. 1 Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.